

## Sumário

“Eu vi uma árvore” e o princípio de uma metafísica esqualida[i] - 19/12/2023.....	2
Putnam e a objetividade do conhecimento - 19/12/2023 .....	3
filosofia da linguagem, diagrama - 09/12/2023.....	7
O empirismo sem dogmas de Quine - 29/11/2023.....	7
Carnap e o princípio da tolerância - 28/11/2023.....	10
A semântica da pós-verdade no discurso ordinário - 18/11/2023.....	13
Teses quineanas - 17/11/2023 .....	16
Filosofia da linguagem tripartite - 26/09/2023.....	20
Gavagai - 23/09/2023.....	20
Por este meio - 05/09/2023 .....	22
Eu, aqui, agora - 31/08/2023 .....	25
Teorias semânticas do uso - 05/08/2023 .....	29
Teorias semânticas da entidade - 24/07/2023 .....	32
Significado relativo - 04/07/2023 .....	35
Representação e Correspondência - 03/07/2023 .....	36
Quem é o homem no canto da sala bebendo martini? - 30/06/2023.....	38
O esse do concreto ao universal - 19/06/2023 .....	41
Autoimagem compartilhada - 11/06/2023.....	42
Prefácio Livro Azul - 16/05/2023 .....	45
Anotações Livro Azul - 11/05/2023.....	46
Teoria Causal da Referência - 28/03/2023 .....	48
Argumentos contrários ao descritivismo - 28/02/2023 .....	52
Descritivismo - 09/02/2023.....	58
a linguagem e a velha dualidade - 08/02/2023.....	64
Substituição de nomes: um problema para a teoria referencialista do significado - 17/01/2023.....	64
O discurso mental de Thomas Hobbes - 16/01/2023.....	67
NP PN - 07/01/2023 .....	69

## **“Eu vi uma árvore” e o princípio de uma metafísica esquelética[i] - 19/12/2023**

Tenta argumentar que muitas árvores existentes não existem[ii]

**\*\*Árvores para elas mesmas\*\*.** Há uma distância limítrofe a partir da qual deixamos de ver uma árvore que porventura estamos vendo agora. Quando nossa visão não a capta mais, ela deixa de existir para nós, embora possa haver outros campos de visão para os quais a árvore se apresenta (ou existe). Agora imaginemos uma árvore que nunca foi vista por ninguém. Podemos dizer que esta árvore nunca existiu para ninguém, mas poderíamos dizer que essa árvore nunca existiu? Ou que ela não existe? E uma árvore jamais vista e que já morreu, ela existiu? De ambas não temos notícias, elas nunca foram referidas por ninguém. Então, elas somente existem ou existiram para elas mesmas.

**\*\*Árvores para nós\*\*.** Ocorre que elas-existirem-para-elas-mesmas somente é possível se algum de nós está aqui. Isso porque “ver”, embora de muito seres, é humano. Ter olhos, embora de muito seres, também é humano. Isto é, os nomes, os conceitos e essa linguagem que usamos para descrever o mundo e as coisas são humanos, já que outros animais veem, mas não sabem que veem ou não sabem o que é ver. Mas, se supusermos o mundo sem a espécie humana ou algum outro tipo de espécie capaz de conceituar o mundo e as coisas seja lá de que forma, não poderíamos dizer que o mundo existiria, e suas árvores, já que “existir” e “mundo” são expressões humanas.

**\*\*Falsos problemas\*\*.** Isso posto há dois problemas que são falsos problemas: uma árvore que, jamais vista, morre e uma árvore que vive sem a existência da espécie humana. No primeiro caso, não podemos dizer que ela morreu porque jamais foi vista, não se sabe de sua existência. Não poderíamos falar dela. Já no segundo caso, poderia até haver uma árvore nesse mundo, mas não sabemos se haveria coisas como “árvore”, “mundo” e “existir”. Não haveria alguém para falar dela.

**\*\*Árvores existentes\*\*.** Por outro lado, quando vemos uma árvore, podemos notar claramente que ela tem uma consistência, ela é material. Isso quer dizer que não duvidamos que haja mundo, mas há um mundo que categorizamos no limite de nosso entendimento e linguagem. Inclusive, se fosse possível catalogar as moléculas de oxigênio por sua origem, poderíamos saber da existência de

determinada árvore, que expeliu aquele gás oxigênio por seu processo fotossintético, sem nunca a ter visto, embora a partir de uma evidência passível de ser checada por nós e, sendo assim, ainda seria uma árvore para um humano. Ou mesmo pelo mapeamento dos resíduos de sua decomposição.

**\*\*Conclusão\*\***. Do que foi dito, concluímos por uma simbiose temporal, isto é, enquanto houver uma árvore que é vista por alguém, se pode falar. A partir do momento em que, ou não haja alguém ou nenhuma árvore, nada poderá ser dito. Qualquer conceituação que escape a essa temporalidade é quimérica. Essa simbiose é tão forte que necessariamente só se fala do concreto e enquanto ele durar e por meio de conceitos que não passem disso, sejam eles abstratos, porque vazios de conteúdo, transcendentais, isto é, que se permitam ir além da simbiose ou imanentes, possivelmente propagando um tempo eterno.

\* \* \*

[i] O uso das aspas indica que não estamos falando do fato em si, mas da expressão linguística. Ver “Conceitos” em <https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2022/11/introducao-ao-significado.html>.

[ii] Eu já tentei fazer filosofia por minhas próprias mãos, filosofia raiz, de boteco, aqui e eventualmente em alguma avaliação escolar, mas sempre fui malsucedido.

## **Putnam e a objetividade do conhecimento - 19/12/2023**

\_Passa pelas fases realistas de Putnam\*\*[i]\*\*\_

Putnam se filia ao realismo que ganha força na década de 70 impulsionado por Kripke e a teoria causal da referência, cuja proposta é estabelecer uma relação direta entre o referido e o termo, perpassando o significado. Se Kripke trata dos nomes próprios, Putnam aborda as espécies naturais (água, ouro, tigre...) que compõem o mundo. Em sua primeira fase, que poderia ser chamada de \_realismo metafísico\_, subentende-se que há no mundo uma totalidade fixa de objetos que são independentes da mente, mundo exterior existente e livre de nossas teorias. Além disso, é possível supor uma

descrição completa e perfeita de como o mundo é, trazendo uma noção de verdade como correspondência entre as palavras e coisas externas. Essa é a perspectiva externalista, o chamado ponto de vista do olho divino.

Há uma ontologia externalista que prevê o mundo externo e a semântica da verdade com referência externalista baseada no realismo científico que nos dá acesso epistêmico ao mundo, evitando o ceticismo, mesmo que falível e aproximado (i.e., \_realismo convergente\_). A ciência segue o ideal de busca da verdade, de um conhecimento verdadeiro do mundo, mas postula entidades inobserváveis em suas previsões e, assim, deixa questões problemáticas para os realistas, como uso de genes, átomos e outros. Ora, se não existem essas entidades, como seria possível explicar o êxito da ciência? É o argumento do milagre: sem essas explicações, como mostrar que tudo funciona adequadamente? Nesse caso, a melhor concepção é o realismo científico.

Plastino destaca que, por mais que haja teorias a respeito do átomo, a referência a ele permanece e busca-se por explicações a seu respeito, trazendo uma estabilidade referencial. As crenças mudam, o objeto não, o conhecimento avança cumulativamente incorporando teorias anteriores. Pode haver mudanças semânticas, de sentido, mas a referência continua, assim como na Terra Gêmea há uma substância chamada água que tem outra composição química: XYZ. Ou seja, o sentido de água não está em nossa cabeça, dado que XYZ não é água, pois a referência faz parte do significado, mesmo que semelhante em aparência. É a extensão do termo que determina o significado.

Porém, Putnam começa a rever sua posição externalista ao perceber que poderia haver vários mapeamentos da linguagem com o mundo, colocando em dúvida a fixação da referência e da verdade dada a multiplicidade de correspondências[ii]. Então ele se questiona sobre nossa capacidade de chegar ao conhecimento (concepção epistêmica de verdade), já que a correspondência é não epistêmica, independente de nossa capacidade cognitiva, embora para o realista há verdades que não dependem de nós.

Para o realista metafísico, uma teoria poderia satisfazer todos os critérios epistêmicos (coerência, previsão, explicação) e ainda ser falsa, não corresponder à realidade, já que pertencendo ao ser humano e enfatizando uma dicotomia entre realidade e teoria. Então ele questionará tal divisão entre mundo e conceito propondo que o que vale é o esquema conceitual que estamos utilizando e não devemos falar da coisa em si. Putnam já está negando o realismo metafísico em prol de um realismo interno que traz a relatividade conceitual dependente de perspectivas. Como pode haver teorias verdadeiras e equivalentes do mundo, a ideia de “Mundo” em si se esvai. O acesso a ele é feito por um esquema conceitual no qual colocamos os objetos, dentro de uma

certa descrição. Sobre o sol, por exemplo, podemos falar dentro de um esquema conceitual, embora o sol não dependa desse esquema.

Ocorre que, inviabilizando a noção de verdade por correspondência propalada pelo realismo metafísico, Putnam proporá uma noção epistêmica em que associa a verdade à justificação e que evita mapear o mundo pela linguagem. Por exemplo, pelo verificacionismo fundado na evidência dos enunciados, nas condições de verdade que dependem de nossa capacidade cognitiva. Mas o verificacionismo pode levar ao relativismo cognitivo, já que pode haver mudanças de justificação pelo surgimento de evidências. Ora, a verdade não deveria ter essa oscilação, então, conforme Peirce, a justificação se daria ao longo do tempo, dentro do processo científico, em seu limite. Esse realismo com face humana de Putnam, traz a verdade de um enunciado como podendo ser justificado, algo aceitável racionalmente, mas não aqui e agora, mas idealmente. A verdade é um ideal regulador, que norteia a busca das condições epistêmicas e é vista como questão objetiva em que enunciados são melhores que outros independente do contexto histórico e cultural.

Mas também haverá dificuldade nessa nova “situação ideal”, se antes era a correspondência agora é a episteme, levando-o a uma nova autocrítica. A verdade, dependente de fatores humanos, poderia se manter estável? Como usar o papel da verdade na prática? Essa ideia estaria muito próxima de uma situação ideal difícil de ser encontrada na prática, de acordo Rorty. Se humano, esse ideal é suscetível a erros e mesmo uma investigação ideal pode ter proposições com conceitos vagos ou subdeterminados. Ou como distinguir melhores situações epistêmicas? Sabe-se que as avaliações epistemológicas variam com o tempo e pressuposições.

Então surge o realismo natural (direto ou pragmático) que descarta a linguagem como espelhamento da realidade, mas propõe que nossas crenças e enunciados devam ser responsáveis pela realidade (cognitivamente dar uma resposta ao mundo e ao outro, evitando o idealismo). Ele diz que observamos as próprias coisas diretamente pela percepção e não pela intermediação dos dados sensíveis, que são imagens delas e das quais falaríamos. Ora, o mundo que conhecemos não é produto de nossa mente, ele é independente de nós e de nossos artefatos e nos restringe forçando determinada resposta a ele. Mundo objetivo que limita nossas crenças. Então, o realismo não necessita de uma teoria epistêmica da verdade, já que fala sobre o mundo.

Sobre o pragmatismo, importa a crítica à dicotomia fato valor[iii]. Há valores cognitivos epistêmicos (predição, confiabilidade) que norteiam a teoria que versa sobre o mundo, então o fato é pautado por esses valores “embutidos”, assim como no discurso cotidiano. Há valor embutido na ciência: os fatos se

dissolvem em valores (objetivos). Importa a noção pragmática de objetividade que visa superar cada cultura. Mesmo dentro de um falibilismo que não cai em ceticismo. Ele ressalta também que devemos estar abertos a várias descrições acerca do mundo, não devemos bloquear a investigação e não há um “a priori” universal e independente.

Associando os valores cognitivos da ciência e os valores éticos, pode haver comunhão ou competição entre os pesquisadores, mas sempre com interação mútua que influencia o conhecimento do mundo. O dogmático não baseia suas crenças na experiência, elas são independente do que ocorre, disse Peirce, mas o que altera suas crenças são outras pessoas com outras crenças diferentes das dele gerando uma pressão social que o faça mudá-las. O realismo permite responder ao outro e ao mundo. Porém, Putnam discorda dos pragmatistas com relação as teorias da verdade que associam justificação e verdade levando ao relativismo[iv].

\* \* \*

[i] Fichamento UNIVESP

[[https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAHcC9hEv4oAnMT5GI1zGRW1\\_](https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAHcC9hEv4oAnMT5GI1zGRW1_)]([https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAHcC9hEv4oAnMT5GI1zGRW1\\_](https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAHcC9hEv4oAnMT5GI1zGRW1_))  
Empirismo e Pragmatismo Contemporâneos - \_Putnam e a objetividade do conhecimento\_. Prof. Caetano Plastino.

[ii] De acordo com Plastino, o Teorema de Löwenheim–Skolem.

[iii] Estão intrinsecamente ligados e ambos merecem interpretação objetiva. Já falamos do tema brevemente:

<<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2013/12/possibilidade-possibilidade-reside.html>>

[iv] Plastino ressalta a dificuldade com a noção de verdade que aparecerá também em Rorty.

## filosofia da linguagem, diagrama - 09/12/2023

Sobre [filosofia-da-linguagem-tripartite](https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2023/09/filosofia-da-linguagem-tripartite.html), vamos atualizar o diagrama

[](https://blogger.googleusercontent.com/img/b/R29vZ2xl/AVvXsEi99byZUbViEhZ5\_vzefjFnmM-

BJSAs-

ITA9cpUwPg\_ERTw1W141l4ieFT6L\_ysZIpTscwbWwFLyaRbcw\_EljJ8uPo-j7JmvQq6V6xw3G6LfhKfrkYoxbOsw4IUlgUEwRdvFyIwlyGOZQQB8bRQQsRH5NRcmURgiWqn7TFOiw6e1FJPVMSwp9JoNDVz2bY/s1417/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20v2.png)

## O empirismo sem dogmas de Quine - 29/11/2023

\_Fala do empirismo de Quine, crítico de Carnap\*\*[i]\*\*\_

Quine foi influenciado por Carnap e Russell que partilhavam da divisão entre ciências naturais - as que dependem de conhecimento empírico, e a matemática e lógica, compostas de verdades analíticas, sendo que os enunciados da primeira pudessem ser reduzidos aos enunciados da segunda. Porém, como já vimos nesse espaço, Quine questiona a divisão analítico-sintético por conta da noção de analiticidade que os distingue. Se as proposições analíticas dependem somente da compreensão de seu significado, as proposições sintéticas dependem de que se compreenda o significado (linguagem), mas também de como é o mundo.

Quine enfatiza que a distinção traria ganhos a Carnap, por mostrar que as verdades da matemática e da lógica não têm conteúdo empírico e que são

necessárias, ao contrário do empirista Mill que pensava que a matemática dependia da experiência. Ocorre que, para chegarmos a uma verdade lógica por meio da analiticidade, ao procedermos com a substituição de termos sinônimos (solteiro = não casado,  $P = \text{“nenhum solteiro é casado”}$ ) validados pela manutenção do significado, uma entidade intermediária, caímos em circularidade e o dogma se expõe, por não ter um critério claro.

Ele também faz a crítica ao verificacionismo reducionista, segundo dogma, que visa testar um único enunciado na experiência, já que deveria depender do todo – o holismo oriundo de Duhem[ii], enfrentando o mundo como um todo coerente. Segundo Quine, qualquer conhecimento é uma construção humana que toca na experiência em seu contorno, podendo haver um conflito que resultará em ajuste dos enunciados. São os enunciados de observação (\_check points\_), com os enunciados mais teóricos ao centro, distantes da experiência, como os da matemática e lógica, mas indistintamente, em conjunto, ainda submetidos ao seu tribunal. É o falibilismo, já que qualquer enunciado é passível de revisão[iii], mesmo os analíticos, a diferença é de grau[iv]. Além da adequação à experiência o sistema deve ter virtudes pragmáticas, como fazer boas previsões, ser fecundo, entre outras.

Quine também se atém ao fisicalismo, tomando o mundo com entidades físicas e as entidades abstratas da matemática que são indispensáveis à construção da ciência. Na experiência, o sujeito recebe estímulos sensoriais e dá assentimento ou rejeita proposições, tomando por base os objetos, mesmo os atômicos que são supostos para formulação de leis. Procedimento da ciência que é uma continuação do senso comum.

Já o naturalismo nega que haja uma filosofia primeira que não seja experimental e fora da ciência, pois é essa última que diz o que é que existe (ontologia) e como sabemos o que existe (epistemologia), de como conhecemos o que existe. O empirismo, de acordo com Quine, passa das ideias para as palavras (expressões linguísticas) - evitando o psicologismo; passa dos termos para as sentenças [que podem ser verificadas] como unidade de significado; e passa das sentenças para um sistema de sentenças (holismo e não reducionismo).

Há o monismo metodológico avaliado por razões empíricas e pragmáticas em todas as sentenças, abandonando a distinção analítico-sintética; não existe um tipo de conhecimento superior ao científico que investiga a realidade, este sempre se sujeita ao tribunal da ciência como sua própria justificação. A própria epistemologia passa a fazer parte da ciência, sendo naturalizada, verificando nossas estimulações nervosas e sensoriais. Não há mais o imediatamente dado, mas tudo é investigado: sujeito, estímulos dos objetos, comportamento verbal, por uma teoria científica que visa solucionar como conhecemos o mundo.



Como somos capazes de alcançar a ciência, gerar teorias que vão muito além da estimulação sensorial? Pelo aprendizado vamos recebendo conhecimento que vem como um todo com pontos que não entendemos, mas vamos investigando por dentro para corrigi-lo, se for o caso. Mesmo a ontologia é interna a teoria, já que supomos as entidades com as quais trabalharemos, no exemplo que Plastino traz de uma semântica extensional que atribui valor a X (por exemplo, um cão que pode ser branco) e que esse X pode ser intercambiado por uma referência ou outra. É o compromisso ontológico do que deve existir: “ser é ser o valor de uma variável ligada”, que satisfaça as condições da teoria. Mas cada ciência trata de certos objetos e os agrupa e descreve, sejam planetas, seres ou números, a depender de cada uma. Já o filósofo busca uma abrangência maior, indo além da aceitação acrítica e visa tornar explícito o que era vago, porém a partir do interior dos sistemas conceituais da ciência ou do senso comum, embora em graus mais elevados e distantes da observação.

Para Quine, a tolerância proposta por Carnap não ficaria presa ao exterior, na escolha das formas linguísticas, mas também iria para dentro do sistema, verificando as questões internas, sua coerência, sendo então de ordem prática também e adequada empiricamente. Por fim, Plastino cita a subdeterminação das teorias pelos dados, já que mais de uma teoria pode descrever um mesmo conjunto de dados e se contradizendo, o mesmo ocorrendo para a tradução[v], onde uma linguagem pode ser traduzida de maneiras diferentes e por elas subdeterminadas, tornando-se indeterminada, até chegar à teoria da indeterminação da referência.

Sigamos, encerra Plastino, reformando o barco em alto mar, nós, ciência e filosofia. Podendo até mudar tudo, mas não tudo ao mesmo tempo e sem sair do barco (de Neurath).

\* \* \*

[i] Fichamento UNIVESP

[[https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAHcC9hEv4oAnMT5GI1zGRW1\\_](https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAHcC9hEv4oAnMT5GI1zGRW1_)]([https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAHcC9hEv4oAnMT5GI1zGRW1\\_](https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAHcC9hEv4oAnMT5GI1zGRW1_))  
Empirismo e Pragmatismo Contemporâneos - \_O empirismo sem dogmas de Quine\_.  
Prof. Caetano Plastino.

[ii] Assim como o significado de um termo depende do contexto, do todo ao qual está inserido.

[iii] Podemos ver o contraste entre uma visão de verdade verificacionista de enunciados individuais, supostamente dogmática, e a abrangência da postura holística.

[iv] Mesmo a lei do terceiro excluído teria sido superada pela mecânica quântica, conforme citação de Plastino.

[v] Vide

[<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2023/09/gavagai.html>](<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2023/09/gavagai.html>).

## **Carnap e o princípio da tolerância - 28/11/2023**

\_Fala do pragmatismo de Carnap\*\*[i]\*\*\_

Como a ciência conhece o mundo? Por qual método e fundamentos? Essas são questões levantadas pelo Círculo de Viena dada a preocupação em se fazer com que a Filosofia siga o caminho da Ciência, tornando-se uma \_filosofia científica\_. O pensamento científico tinha, naquela época (década de 20), como inimigos a metafísica e a teologia e como aliados o liberalismo, o empirismo, entre outros. Utilizando-se da análise lógica fundada por Frege e Russell seria possível mostrar que a grande parte dos enunciados metafísicos eram contrassensos.

Inspirados pelo *Tractatus*, os intelectuais do círculo pretendiam que a filosofia fizesse o esclarecimento lógico dos pensamentos, clarificando as proposições e buscando um dizer cristalino. Carnap relembra a luta histórica contra a metafísica já empunhada pelos céticos gregos e que se valeria da incipiente lógica moderna. Proposições que envolvem termos como *Ideia*, *Absoluto*, coisa em si, por exemplo, não faziam sentido, nada significavam, segundo ele. A filosofia científica seria moral e social, promovendo o progresso e retomando o ideal iluminista.

Eles publicam um manifesto que divide os enunciados da ciência empírica e os da metafísica que seriam um “sentimento perante a vida”, mas que deveriam ser expressos pela arte, já que a teoria deve descrever o mundo e ser verdadeira ou falsa. A linguagem conduz a erros metafísicos e o pensamento de gabinete não alcança o mundo. Intuições intelectuais não vão além delas mesmas, e a crítica do ex-neokantiano Carnap atinge os juízos sintéticos a priori

kantianos[ii], como a aritmética: “ $7 + 5 = 12$ ”[iii], criticada pelo logicismo que via essas proposições como analíticas. Também a geometria euclidiana estaria ligada à nossa intuição espacial que, com o aparecimento das geometrias não euclidianas do século XIX, elas mostrariam que não há relação com a percepção sensível, não passando de convenções, isto é, postulados coerentes e não necessários – não a priori. Por fim, o terceiro exemplo de Kant [sobre juízos sintéticos a priori] das três leis fundamentais de Newton é refutado pelo próprio avanço da ciência, como a relatividade e mecânica quântica, tornando-o falso em alguns casos. Verdades sintéticas (com conteúdo) a priori não são viáveis e todo o conhecimento sintético é a posteriori, baseado na empiria e as verdades a priori são analíticas.

Não obstante essa “limpeza de terreno”, para ser significativa uma proposição deve seguir critérios como o método de sua verificação e conhecer suas condições de verdade no âmbito da experiência, sua adequação com a realidade. Sistemas filosóficos se digladiam porque seus enunciados não são verificáveis, não é possível verificar seus “estados de coisas” que podem acontecer ou não. Se sabemos o sentido de um enunciado, podemos saber se ele é verdadeiro ou falso por experiências que nos apoiariam a decidir por um enunciado P a ser P ou não P. \_Significado e verificação são os critérios utilizados por Carnap, sabendo que a proposição P é verdadeira, isto é, quais suas condições de realização, conheceríamos o seu significado.\_

Outro ponto destacado por Plastino é que, para Carnap, a representação mental vai além do enunciado. A expressão “Vou sentar no banco da praça” pode causar uma representação mental de um banco cinza, sem encosto. Diferentemente da representação factual do enunciado, essa é uma representação acompanhante do objeto que não faz parte dos fatos acerca dele e que são teoricamente irrelevantes, embora de importância prática que pode se dar pela arte. Cientificamente, é a realidade empírica que importa, independentemente do ponto de vista filosófico, por exemplo, uma montanha ser real ou se a realidade é oriunda de nossa percepção. Ou seja, a metafísica confunde representações acompanhantes e factuais e seus enunciados não têm significado teórico (V ou F).

A disputa entre realistas e idealistas não deveria tentar explicitar como é o mundo, mas como deve ser utilizada a linguagem, se fisicalista (utilizada pela influência de Neurath) ou fenomenista (linguagem de vivências, utilizada no Aufbau), pois essa é uma questão prática. Plastino enfatiza que Carnap defende um modo formal de falar e não um modo material, isso é, \_ao invés de falar das coisas trata de como falar das coisas\_ e questiona qual a linguagem mais coerente para falar do mundo (nível metalinguístico). Se usou a linguagem fenomenista das sensações, ele compreende que a linguagem fisicalista é mais

adequada para a ciência já que pode ser compartilhada e atingir uma ciência unificada pelo uso da mesma linguagem.

Entretanto, os membros do Círculo de Viena entenderam que o critério de verificação não é o mais adequado e começa a sua flexibilização, dada a \_dificuldade de verificação de alguns enunciados\_ (p.ex. “Toda esmeralda é verde.”). Ao contrário, é possível encontrar uma esmeralda não verde, mas isso depõe contra a universalidade da ciência. Uma alternativa é o critério de falseabilidade, e aqui cabe marcar uma distinção entre critério de sentido (empiristas) e de demarcação (Popper). Para este último, que entendia que a metafísica fazia sentido, o critério permitiria separar ciência e não ciência, embora ainda tendo dificuldades com questões existenciais, que não podem ser falsificadas, somente verificadas. Por fim, o critério da testeabilidade pelo qual os enunciados poderiam ser ou verificáveis ou falseados para poderem fazer sentido, que também apresenta dificuldades com enunciados universais e existenciais: Para cada substância (U), existe um ponto de fusão (E).

Plastino mostra, com isso, as dificuldades dos empiristas lógicos com os enunciados e, por isso, Carnap destaca a sua interpretação parcial. Ele também trata da relevância preditiva, quando hipóteses sobre termos teóricos permitem agregar novas proposições a um sistema. (por exemplo, o inobservável elétron, o que não é o caso para o termo absoluto). Acaba que, por exemplo em Wittgenstein, algumas proposições metafísicas passam para o campo metalinguístico, como a lei de causalidade (Todo efeito tem uma causa) que não é uma lei científica, mas a forma das leis científicas, já que elas o respeitam. Enfatiza-se que a metafísica não fala do mundo, mas do discurso sobre o mundo, análise gramatical que pode tomar desde a sintaxe (símbolos), passando pela semântica (significado) até a pragmática (uso pelo sujeito). No seu texto de 34, Carnap sustenta que somente a análise sintática é suficiente para o trabalho de análise filosófica do discurso científico, do ponto de vista formal, sendo tolerantes a que forma da linguagem utilizar, já que são convenções a serem julgadas pelos seus resultados, evitando-se posições dogmáticas.

Para ele, questões ontológicas podem dizer respeito a categorias sintáticas (coisa, fato, espaço) e outras a predicados específicos (cadeira, azul, hoje) muito diferente de questões como “Existem números?”, que abrangem a totalidade e se refere ao ambiente externo, fora do sistema linguístico já instituído. Já a questão ontológica “Existem água em Marte?” é uma questão teórica interna que pode ser respondida dentro de um sistema, com “Sim” ou “Não”. Sistema linguístico que pode ser fisicalista ou fenomenista, conforme já vimos, se é conveniente ou não para determinado propósito, se é simples, fecundo.

Quine dirá que é a tolerância e o princípio experimental que devem ser usados para construir os sistemas linguísticos que serão usados pela ciência e avaliados de forma pragmática. Isto é, as regras de construção da linguagem devem ser tornadas claras e não há uma só linguagem logicamente correta, é o cientista que vai escolher entre uma e outra de maneira prática. Conforme James, o pragmatismo é uma atitude, não olha para princípios ou categorias, mas para as últimas coisas, os resultados. Encerrando, para Carnap, escolher o sistema é da ordem prática e, uma vez escolhido, dentro dele suas questões são teóricas.

\* \* \*

[i] Fichamento UNIVESP

<[https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAHcC9hEv4oAnMT5GI1zGRW1\\_](https://www.youtube.com/playlist?list=PLxI8Can9yAHcC9hEv4oAnMT5GI1zGRW1_)>  
Empirismo e Pragmatismo Contemporâneos - Carnap e o princípio da tolerância.  
Prof. Caetano Plastino.

[ii] Aqui cabe lembrar que o racionalismo kantiano não é feito de conhecimentos inatos, mas de uma estrutura espaço temporal que permite conhecer – conforme as aulas do professor de filosofia de hoje e sempre: Vitor Lima, do INEF: <<https://www.youtube.com/@istonaoefilosofia>>.

[iii] Não é mera tautologia já que fala do mundo, mas independentemente dele, já que é condição de possibilidade da própria experiência.

## **A semântica da pós-verdade no discurso ordinário - 18/11/2023**

\_Esse texto busca refletir sobre linguagem, ciência, tecnologia e mundo na atualidade, pelo menos em um ou outro aspecto\_

Não dá para saber até que ponto uma suposta linguagem pura ou ideal foi ou é a base para a linguagem do dia a dia, embora a filosofia em alguns momentos tenha tido essa pretensão, sob forte influência da ciência. Há maneiras e maneiras de proceder na análise do discurso por um viés filosófico, fato reforçado com a virada linguística do início do século passado e que coloca em dúvida a posição da consciência como detentora primordial do conhecimento, em prol da linguagem. Essa suposta linguagem pura ou ideal é fortemente baseada

na análise lógica e na objetividade, buscando uma comunicação límpida e cristalina. Porém, basta dez minutos do Programa do Ratinho para perceber o quanto isto é inalcançável.

Claro que, sem dúvida, uma outra abordagem é aquela que busca explicitar a própria linguagem em seus usos. Ela usa da linguagem para explicar a linguagem, ela analisa as sentenças da linguagem e seus termos e variações buscando desvelar em qual sentido um determinado termo é usado em um contexto ou outro[i]. Se esse projeto de escrutínio linguístico mediante a filosofia é menos pretensioso ainda assim ele talvez possa estar preso a contextos específicos, embora pudesse até ser aplicado na própria ciência. Ora, mas por que a ciência novamente?

Bem, desde o renascimento que nós, human@s, noss@s maiores expoentes se apropriaram da natureza por meio da atitude científica que descreve e prescreve a realidade e que tornou possível todo esse suposto progresso que culmina agora com as mais avançadas formas de IA (inteligência artificial, seja lá o que isso queira dizer). Com o predomínio científico que nos domina há mais de 500 anos, a ciência se estabelece como campo inabalável de conhecimento e como fundamento de nossas conquistas mais expressivas, tanto boas quanto ruins[ii]. E não nos esqueçamos que a ciência é um navio em alto mar sempre em reconstrução, mas com bases sólidas e que atrai todos os demais tipos de conhecimento para que sigam o seu método, seja a medicina, psicologia, biologia e filosofia.

A ciência abocanha, então, natureza e humanidade em seu proceder, entretanto há efeitos colaterais. Uma tendência científica que atualmente estampa qualquer linha editorial ou publicação periódica, das mais liberais até as mais revolucionárias é a discussão sobre o ChatGPT, uma variação de inteligência artificial capaz de gerar novas informações a partir do “aprendizado”[iii] de toda a sua base histórica que dificilmente pode ser computada por um reles mortal. Isso ao mesmo tempo em que já tínhamos acompanhado manipulações do discurso e da verdade por grupos de pessoas e de empresas ao redor do globo, influenciando em eleições, prisões e demais sandices. Quanto temos nos deparado ultimamente com discursos mentirosos, mas convincentes, com negacionismos e falsa moral? Suas origens são as mais variadas, sejam elas políticas, religiosas e, quiçá, científicas[iv].

Além do mais, junta-se a esse panorama o grande potencial de divulgação por meio das jamais reguladas big techs e a ilimitada internet e temos tipos de discursos nada passíveis de análise linguística com base científica ou em seu método. E as capacidades de criação que o ChatGPT agrega para os propagadores de inverdades torna o círculo vicioso: mais se produz de desinformação e

mentira, mais a IA reproduz desinformação e mentira.

Isso tudo posto, chegamos à semântica da pós-verdade: uma que não permite uma análise lógica do discurso, pois o discurso se tornou contrafactual. Análise de proposições, verificacionismo, verdade e justificação racional são conceitos que não tomam lugar no discurso majoritário. A realidade foi colocada em dúvida e enunciados científicos não tem mais poder de persuasão[v]. Diante desse cenário só nos resta tomar o pragmatismo como método de menor dano. O tema já não é novo[vi], mas o que nos chama bastante a atenção é o quanto devemos fazer esforços em dois sentidos, pelo menos: primeiro tentando trazer o discurso teórico para mais perto da prática regular, para que ele não se torne um discurso estéril e, depois, tentando exercer o convencimento, tarefa tão difícil nesse momento de enorme polarização[vii].

Já o escrutínio do discurso pode levar em consideração aspectos semânticos dos textos que delatam sua origem com foco, quando se atendo à formação de opinião, tanto na produção artificial pelo ChatGPT ou pelas fake news. O primeiro passo é identificar a origem do discurso para que as ações possam ser direcionadas: discursos mentirosos produzidos por pessoas são motivo de crime e o discurso gerado por IA pode ser aceito, mas deve ser informado. Por 50 mil anos, a linguagem tem sido a essência de nosso pensamento e base da comunicação humana e não podemos deixar que um tempo miserável coloque em xeque toda essa evolução biológica.

\* \* \*

[i] Não cabe aqui filiar uma teoria de análise da linguagem a um projeto filosófico qualquer.

[ii] Esse espaço blogueiro abriga, nesse contexto, algumas abordagens em filosofia da tecnologia.

[iii] Isto é, cálculo estatístico e probabilístico, no mais das vezes enviesado.

[iv] Pelo menos filosóficas podemos ver aos montes por aí.

[v] Caso típico o antropoceno, ver:  
<<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2021/11/seita-do-aquecimento.html>>.

[vi] Alyne Costa já falava disso no Conversações há 3 anos atrás:  
<<https://youtu.be/HlM5d699fYw>>.

[vii] A direita e a esquerda, os conflitos na Ucrânia e Gaza mostram o quanto os argumentos estão a mercê da empatia, isso já falava Quine. Ilustração:  
<[https://youtu.be/cmizWUX\\_gt0](https://youtu.be/cmizWUX_gt0)>.

## Teses quineanas - 17/11/2023

\_Visa passar pelas principais teses de Quine contra o modelo canônico\*\*[i]\*\*\_

O modelo padrão estabelecido é conhecido por tratar o conhecimento como crença verdadeira justificada. Quine o critica porque há dificuldade na justificação racional de crenças, o conceito de verdade é um problema e por suas posições fundacionalistas e normativistas. Como alternativa surge a proposta de uma epistemologia naturalizada[ii] que vê a ciência como um tipo de conhecimento que pode ser descrito em seu processo de constituição, que afasta a necessidade de ser justificada para ter “status” de conhecimento, por ser uma epistemologia que é vista como um capítulo das ciências naturais e, por isso, não normativa e, por fim, por se ater a uma explicação holística do conhecimento.

De acordo com Conserva e a literatura, o modelo padrão remonta a Platão (diálogos Mênon e Teeteto) através de teses como conhecimento proposicional e universalidade. Porém não obstante seu predomínio, o modelo padrão de conhecimento é motivo de muitas interpretações, embora haja a seguinte teoria firmada:

- a) Conhecimento é X.
- b) X deve ser algo informativo.
- c) As nossas intuições (crenças) são tomadas como ponto de partida: pensamos que uma crença X é um caso de conhecimento, que uma crença Y não é o caso de conhecimento.
- d) Desenvolvemos os esforços para justificar os casos de X como conhecimento e os casos de não X como não conhecimento.



Portanto, \_o que queremos dizer\_ com conhecimento? Bem, o conhecimento se dá pela noção de significado, então procuramos estabelecer o significado dos conceitos como crença, verdade e justificação e saber como aplicá-los por meio de uma definição operativa que permite decidir sobre os casos. E isso é um critério normativo.

**\*\*A reação quineana ao modelo padrão\*\*.** Quine não se detém à análise do significado dos conceitos do modelo padrão, porém busca descrever como os indivíduos adquirem determinadas crenças principalmente as que falam sobre estados de coisas do mundo. Ao invés do conceito foca-se no fenômeno natural. Analisa-se o processo de constituição de crenças racionais e por qual razão é a Ciência o caminho mais confiável em uma crítica ao modelo padrão mais sólida que a de Gettier.

**\*\*O problema relacionado com a justificação de crenças\*\*.** Gettier já alertava que mesmo uma crença bem justificada pode não ser verdadeira. Isso porque se exemplifica conhecimento por sentenças declarativas representadas pela fórmula: P sabe que S. Porém, “sabe” depende das noções de crença e justificação tornando o argumento circular. O ponto de Gettier é a justificação e Quine concorda com ele porque uma crença verdadeira pode estar assentada em conjecturas e aí não seria conhecimento. Justificação e verdade se distinguem: pode haver crença verdadeira sem ser justificada ou crença justificada que não seja verdadeira.

Conserva ressalta que a crença pode decorrer mais de uma empatia, ligada a uma disposição psicológica, do que de justificação, de um assentimento intelectual que poderia alçar determinada realidade a um status do conhecimento. Gettier bem demonstrou que um indivíduo pode ter uma crença P falsa que foi bem justificada e o ludibriou, dado o caráter de disposição psicológica de tendência a concordar com ela, não obstante esteja racionalmente fundamentada.

Mas Quine, que refuta o normativismo, não pretende analisar critérios de justificação. Sua epistemologia pretende descrever o processo de aquisição das crenças por meio de uma psicologia empírica baseada no behaviorismo. Para Quine, nossas intuições dependem de esquemas linguísticos que podem ser verificados por meio de uma teoria do aprendizado linguístico e da naturalização da epistemologia. A formação de crenças vai depender de um sistema linguístico e de evidências empíricas que, juntos, formarão uma rede dentro da qual sentenças podem ser consideradas verdadeiras ou falsas. Devemos levar em conta também a realidade em relação ao conhecimento geral e ao científico em particular, associado a uma referência e ontologia.

É através desses pressupostos que se pode criar uma representação racional da

realidade tomando como exemplo as Ciências empíricas e o conjunto de crenças a ela associada. Essas crenças constituem uma teia com algumas mais resistentes e outras podendo ser rejeitadas e a rede se reajusta, por meio de uma teoria holística. Mas as alterações devem ser feitas com simplicidade e sem que a teia seja mutilada.

Cabe ao epistemólogo escolher um esquema conveniente superando até uma possível correspondência aos fatos. É por meio do pragmatismo que o fundacionalismo e o normativismo podem ser contornados. E a crítica de Quine vai abranger a Epistemologia, tida como Filosofia primeira e a Teoria do conhecimento que se pretende normativa. Evitando a necessidade de justificação recusa-se uma hierarquia epistemológica abrindo espaço para outro recorte teórico.

**\*\*A consequência fundacionalistas na tradição filosófica e no empirismo lógico\*\*.** De acordo com Conserva, o fundacionalismo epistemológico se inicia com Descartes, pois funda no sujeito o ponto indubitável de conhecimento, anterior ao empírico. Nessa visão, há uma hierarquia que se funda na Epistemologia que precede a Ciência e por ela formamos crenças racionalmente. Inclusive Rorty afirma que a filosofia analítica é oriunda desse projeto buscando terreno firme na análise linguística por meio de uma linguagem universal que permitisse explicitar toda a significação e ali fincando toda a teoria do conhecimento. Ocorre que Quine irá se opor ao empirismo lógico que resguarda as verdades analíticas e contestará a dualidade analítico-sintética chegando a analisar a epistemologia empiricamente.

**\*\*A opção por descrever processos de conhecimento: saber como e saber que\*\*.** Quine contesta termos como certeza e conhecimento como sendo vagos no campo científico e, por isso, não se utilizará de conceitos e definições, mas das noções pragmáticas “saber que” e “saber como”. Conceitos pertencem à esfera da semântica internalista e não permitem uma descrição comportamental – observacional e científica. Já a semântica extensionalista se afastará do vínculo entre conhecimento e entidades ou proposições. Quine se fiará na descrição empírica das crenças e, se afastando da linguagem pura pretendida pelo empirismo lógico, se voltará para a linguagem ordinária.

Ora, há um saber (o científico) e a Filosofia busca descobrir como a Ciência se desenvolve e é apreendida, mesmo que ainda suscetível a constante aperfeiçoamento. Já que o modelo fundacionalista cartesiano não deu conta de justificar logicamente a Ciência, Quine procurará descrever como ela é possível sendo instrumento de análise e objeto a ser analisado. Portanto, se filosofa pelo próprio método científico, que é o esquema conceitual vigente.

**\*\*A recepção da condição de verdade no pensamento quineano\*\*.** Conserva mostra que o modelo canônico tem por fim a obtenção da verdade por meio da justificação epistêmica. A verdade é obtida através de representação, dentro de uma perspectiva realista, mas sabemos que nossa representação é parcial e sempre superada por novos instrumentos. Porém, o modelo quineano não toma um mundo a ser conhecido, ao contrário, mundo, referência e ontologia são partes acessadas por nós por uma estrutura lógica e linguística. Compreensão de mundo e aprendizado da linguagem são dois lados da mesma moeda[iii].

Além do mais, o modelo padrão utiliza uma justificação apriorística, herança da epistemologia platônico-aristotélica fundada no discurso predicativo e proposicional, base da verdade. Para Quine, a construção do conhecimento vem do uso social da linguagem e não de uma relação representativa palavra-objeto. O conhecimento se constrói eventualmente revisando sentenças antes verdadeiras e como estamos cindidos da referência, a representação é colocada em xeque.

A relação entre sujeito e mundo (representação?) se dá pelo aprendizado da linguagem; cada linguagem tem a sua ontologia, sua teoria de mundo empírica que se afasta do modelo padrão de crença verdadeira justificada.

\* \* \*

[i] Fichamento do primeiro capítulo do livro *\_Quine: Linguagem e Epistemologia naturalizada\_*, de José Nilton Conserva. Curitiba, Appris, 2019. *\_Primeira Parte: conhecimento para além do modelo padrão: esboço das teses quineanas\_*. As referências ao longo do fichamento não são citadas e devem ser procuradas no texto original.

[ii] Naturalizada porque se debruça sobre nosso processo natural de aprendizado.

[iii] Representação:  
<<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2023/07/representacao-e-correspondencia.html>>

## Filosofia da linguagem tripartite - 26/09/2023

A abordagem da filosofia da linguagem tripartite é aquela tradicionalíssima, conforme esquema a seguir. Há uma comunicação entre falantes e ouvintes e, em grande parte dos casos, eles se compreendem. Ora, obviamente, isso não significa que concordam entre si. Além disso, até que ponto eles se compreendem é coisa duvidosa: eles podem compreender frases, mas não se compreenderem de um ponto de vista subjetivo.

Esse esquema de **compreensão** se basearia ou pelo **significado** ou pela **referência** ou por ambos. Isso tudo é coisa que estamos investigando, mas em linhas gerais teríamos um mundo referido e significados por aí.

[![Esquema triparte da filosofia da linguagem](https://blogger.googleusercontent.com/img/b/R29vZ2xl/AVvXsEjl7EjVCI6fZaNtvYxSZV5RBSk60PxX2vJiZnOxAEXgAUMMc74JqKqZCSuHpYS\_BdQSz6f2SzzmPnQauRYXbmKEzMh\_GY\_pUBSJdyugZgn0z40X93SUSicRXlKOeIdn-5ZkQSU3bgXzObfXjt98iRjlVXg7I-5jg46sZ3bg4np8i7umCCciA8MMH299hQ/w400-h219/Introdu%C3%A7%C3%A3o.png)](https://blogger.googleusercontent.com/img/b/R29vZ2xl/AVvXsEjl7EjVCI6fZaNtvYxSZV5RBSk60PxX2vJiZnOxAEXgAUMMc74JqKqZCSuHpYS\_BdQSz6f2SzzmPnQauRYXbmKEzMh\_GY\_pUBSJdyugZgn0z40X93SUSicRXlKOeIdn-5ZkQSU3bgXzObfXjt98iRjlVXg7I-5jg46sZ3bg4np8i7umCCciA8MMH299hQ/s1420/Introdu%C3%A7%C3%A3o.png)

## Gavagai - 23/09/2023

Observações iniciais informais sobre a indeterminação da tradução e congêneres

O experimento da indeterminação da tradução da Quine é muito importante porque já quebra barreiras dogmáticas de abordagens nascituras da Filosofia da Linguagem, especialmente visões oriundas do Círculo de Viena. Imaginemos um linguista que vai a campo criar um manual de tradução da linguagem usada por uma tribo indígena isolada e ele faz uma primeira observação de um falante que aponta para um coelho e diz para seu acompanhante: “Gavagai!”. O linguista anota essa cena e se pergunta, sobre gavagai: “Seria o coelho ou uma parte do coelho? Seria comida, almoço? Seria animal?”.

Esse breve excerto serve para mostrar que o trabalho de rotulagem das coisas pela linguagem depende do contexto e é arbitrário, ou seja, ele é relativo ao que ocorre. Assim, o manual criado pelo linguista deverá ser construído mediante as observações empíricas e serve como uma forma de refutar possíveis enunciados puramente analíticos, isto é, que são verdadeiros em si, independentemente da experiência. Na realidade, talvez se criem enunciados analíticos, mas eles poderiam ser formados por abstração e a posteriori.

Então, o experimento condiciona a linguagem ao contexto de uso referido, mas ele também mostra que, se um outro linguista que se aventurasse nessa mesma tarefa de confecção do manual, criaria um manual diferente do anterior, em virtude daquelas perguntas iniciais que seriam respondidas de inúmeras formas por inúmeros linguistas. Nesse sentido, a tradução se indetermina pelas inúmeras abordagens que podem a ser construídas pelas diferentes observações empíricas de uso e revela, também, a inescrutabilidade[ii] da referência, já que gavagai poderia ser o coelho ou a perna do coelho.

Teremos que fazer o escrutínio desse didático livro de Conserva por meio de fichamentos, mas de antemão teremos material para aprofundar em sua denúncia dos dois dogmas do empirismo[iii] e de sua proposta por uma epistemologia que recusa um fundacionalismo e normativismo por meio do behaviorismo e empirismo[iv]. Um ponto interessante é que vai desmistificar o significado como uma entidade abstrata, vai mostrar a não alcançabilidade da referência e recusar a primazia verificacionista de enunciados verdadeiros por meio de uma teoria holística. Ou seja, é demolidor.

\* \* \*

[i] Estamos na primeira leitura diagonal de \_Quine: Linguagem e Epistemologia naturalizada\_. CONSERVA, José Nilton. Curitiba: Appris, 2019.

[ii] Do que é impossível de ser escutado, investigado, compreendido; impenetrável, incompreensível, insondável (Oxford Languages and Google).

[iii] Preliminares: <<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2020/11/quine-e-os-problemas-do-positivismo.html>>.

[iv] Preliminares: <<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2022/04/a-nossa-teoria-sobre-como-o-mundo-e.html>>.

## Por este meio - 05/09/2023

\_Uma primeira passagem pela teoria dos atos de fala e familiarização com o vocabulário\*\*[i]\*\*\_

A despeito das frases declarativas, pelas quais afirmamos ou desejamos algo, Austin nos chama a atenção para a elocução performativa, que nos permite executar um ato social. São os atos de fala, como “Desculpe” ou “Dobro”, que seguem regras constitutivas, que devem ser obedecidas e regras regulativas, que se não cumpridas levam a um ato infeliz.

Na verdade, para Austin, toda elocução tem um aspecto performativo (força ilocutória) e um conteúdo descritivo ou proposicional. Originalmente, em 1961, ele considerou que frases performativas não descrevem algo ou especificam um fato, ao contrário das frases descritivas, verdadeiras ou falsas.

Ele inaugura a teoria dos atos de fala que são atos sociais como, por exemplo, 1.) “Prometo pagar-lhe as fraldas” e 2.) “Peço desculpas”. Aos proferi-los, estamos executando um ato, como efetivamente prometendo algo ou simplesmente nos desculpando. Mas, 1.) é declarativa, embora não descreva nada, não descreve alguém prometendo, já que simplesmente prometemos. E não é passível de uma condição de verificação pois a elocução não parece ser verdadeira nem falsa. Ela é uma frase declarativa que é factualmente defeituosa, mas que se entrega a outra finalidade.

Para testar a performatividade, Austin criou o chamado critério “por este meio”, isto é, inserir a expressão “por este meio” depois do verbo principal para sublinhar o ato em questão como, exemplificando, em 1.) “Prometo por este meio pagar-te”, ato que se constitui pela própria elocução do orador. No caso das constativas[iii], o ato de dizer não se insere na frase como em 3.) “O gato está por este meio no tapete”.

Se, em geral, o critério permite distinguir entre performativas e constativas, há frases que parecem ser ambas, como 4.) “Declaro que nunca visitei um país comunista”. Aqui, o critério para tê-la como performativa pode ser inserido pois tem-se um ato de fala declarativo. Por outro lado, é descritiva pois declara um ato que pode ser verdadeiro ou falso. Até mesmo a frase 1.) parece ser constativa pois \_assere\_ que lhe pagarei. Ora, conforme mostra Lycan, isso fez com que Austin percebesse que quase toda elocução tem tanto o aspecto

performativo quanto o constativo, qual seja, uma asserção sempre é feita por um ato assertivo com força assertiva.

Há forças ilocutórias que podem ser um juízo, um conselho ou um aviso. Por exemplo, 5.) “Seria muito estúpido comprar mais ações nas Lojas Americanas” encobre o “O meu conselho é que seria muito estúpido...”. Inclusive, uma mesma declarativa pode ter forças ilocutórias distintas como pode ser visto no diálogo 6.) “Se não te despachas com isso, vou-me embora” poderia ter a resposta 7.) “Isso é uma ameaça ou uma promessa?”.

Mesmo as não declarativas, como os modos interrogativo e imperativo, trazem variações de força ilocutória, como: 8.) “Vai no Calixto e pega uma Colorado”, que poderia ser uma diretiva, ordem ou sugestão, variando com as intenções que se queiram ou com relações de poder. Por aí, a distinção entre elocuições performativas e constativas passam a ser entre força ilocutória e conteúdo locutório ou proposição em uma mesma elocução. Os atos ilocutórios podem variar: autorizar, censurar, negar, inquirir, insistir, perdoar, repreender, agradecer, etc.

Ocorre que, além da força ilocutória e do conteúdo locutório, Austin introduz uma terceira característica das elocuições: os atos perlocutórios. Eles são aqueles que, performativos, não passam no critério “por este meio” porque dependem mais do efeito no ouvinte do que da intenção do falante. Alguns deles são: espantar, enganar, distrair e irritar.

Lycan considera que o verificacionismo e a teoria da verdade deixam de fora a força ilocutória por considerar somente o conteúdo proposicional como significado, mas ele considera que a força é, sim, um tipo de significado ilocutório indispensável para a linguagem.

Se os atos de fala são convencionais e suas regras são costumeiramente implícitas no comportamento social normativo, Searle as divide em constitutivas e regulativas. Regras regulativas regulam comportamentos preexistentes como 9.) “Não mastigue com a boca aberta” e sua violação não é tão grave, o resultado é que executa um ato infeliz, conforme a terminologia de Austin. Ou proferir uma promessa sem a intenção de cumpri-la. Por outro lado, as constitutivas definem novas formas de comportamento, como em um jogo de xadrez 10.) “Os bispos só andam na diagonal” – o jogo não existiria sem ela. Elas podem ser fortemente constitutivas se a sua inobservância impede o ato de fala pretendido, como um clérigo que realiza o casamento de noivos que não tem idade legal para casarem-se.

Embora possa haver casos de fronteira nas regras propostas por Searle, Lycan

argumenta que Austin se preocupou também em mostrar casos infelizes de elocuições como quando ela é insincera, dita com a voz muito baixa, sem tato, mal-educada ou prolixa. Lycan ressalta que a falsidade é uma infelicidade que permeia os atos de fala de afirmação, asserção e semelhantes, já que uma regra regulativa é que o que se diz é verdadeiro. Entretanto, dirá Austin, não são falsas, mas infelizes, superando a postura verificacionista.

Isso posto, Lycan traz o problema de Cohen, autor que argumenta ser tentador considerar que o significado (ou condição de verdade) seria dado somente pela frase declarativa, enquanto a parte performativa pudesse ser descartada. Porém,\*\*\*\* argumenta Cohen, o conteúdo performativo também tem seus sentidos e referentes e não é meramente uma etiqueta – eles têm significado locutório.

Extrapolando, Lycan traz exemplos nos quais os prefácios performativos tem advérbios e são longos, como 11.) “Admito sem coação que tive várias conversas em privado com o acusado”, 12.) “Admito com relutância que tive várias conversas em privado com o acusado” – aqui “com relutância” modifica “Admito”, a frase performativa. Poderíamos também ter 13.) “Como creio em Deus, admito que tive várias conversas em privado com o acusado” – nesses casos há muita coisa sendo afirmada ou há fatos que poderiam estar na frase performativa trazendo conteúdos locutórios. Esses exemplos mostram que essa perspectiva tentadora deve ser superada por uma libertadora.

Ora, sob esse ponto de vista, os atos de fala passam também a poder serem verdadeiros ou falsos e uma asserção como 14.) “Parece-me que já encomendamos demasiadas peles de foca” teria dois conteúdos locutórios e dois valores de verdade, sendo que o valor de verdade performativo seria auto descritivo e quase sempre verdadeiro. Pois bem, no exemplo, “Admito sem coação ...”, se tomarmos a perspectiva liberal, a admissão seria uma asserção, retirando sua força ilocutória de jogar parte do significado, o conteúdo locutório, para a declaração. Tomada como liberal, o “Admito sem coação...” poderia ser falsa e a segunda frase “mantive conversas...” verdadeira.

Por fim, Lycan ressalta que uma teoria dos atos de fala completa deveria lidar com esses fatos. Segundo ele, Alston e Baker tentaram transformar a proposta de Austin em uma teoria do próprio significado locutório, quase como uma teoria do uso, mas sem aprofundamento.\*\*\*\*

\* \* \*

[i] Fichamento de \_Filosofia da linguagem: uma introdução contemporânea\_.



LYCAN, William. Tradução Desiderio Murchio. Portugal: Edições 70, 2022.  
\_Capítulo 12: atos de fala e força ilocutória\_.

[ii] Constativo: que apenas descreve um acontecimento, não implicando o cumprimento simultâneo, pelo locutor, da ação descrita nesse enunciado. Conforme infopédia.

## **Eu, aqui, agora - 31/08/2023**

\_Uma introdução aos termos indexicais\*\*[i]\*\*\_

Eu, aqui, agora, ele, ontem: termos indexicais geralmente são termos singulares que nos ajudam a identificar \_particulares\_ e, assim, fazem com que a \_linguagem\_ toque a \_realidade\_. Eles possuem duas espécies de significado: por um lado há um significado linguístico dado por sua \_função lexical\_ (“eu” é um pronome pessoal, todos sabemos) e por outro há o sentido, quando se fala do \_conteúdo semântico\_ (eu quem, cara pálida?).

**\*\*Função Lexical\*\***. É o sentido literal do termo e não varia com o \_contexto do proferimento\_, que pode envolver o falante, um auditório, um objeto referido, um local e tempo. O contexto do proferimento se divide no contexto de ocorrência (quando sentenciado) e no contexto de avaliação, quando se dá o fato ou evento e se pode determinar seu valor de verdade (“Amanhã vai chover” – dito hoje e verificado amanhã).

Há regras das funções lexicais chamadas de originárias (ou standard – conforme a classificação de Cláudio Costa) que são genéticas, isto é, são regras que nos são apresentadas desde logo quando começamos o processo de aprendizado da linguagem. E podemos investigar a semântica dos termos indexicais por meio de como eles são usados em situações dialógicas na linguagem natural. Costa propõe regras A:

A1. \_Demonstrativo este\_ : objeto próximo do falante apontado por um gesto de ostensão.

A2. \_Demonstrativo aquele\_ : objeto distante do falante apontado por um gesto de ostensão.

A3. \_Pronome pessoal eu\_ : quem profere. “Aplicamos o pronome pessoal ‘eu’

para indicar quem o está proferindo no momento em que o profere”.

A4. \_Pronome pessoal nós\_ : falantes e ouvintes.

A5. \_Pronomes pessoais tu, você, ela\_ : auditório.

A6. \_Advérbios aqui e agora\_ : lugar, momento de lugar.

A7. \_Advérbios de tempo hoje, ontem\_ : dia do proferimento, dia anterior. Etc.

**\*\*Conteúdo semântico\*\*.** A função lexical standard é invariante e se aplica a contextos ilimitados, já que “eu” sempre se refere a pessoa que o proferir no momento que profere[ii]. Entretanto ela é insuficiente quando há significação, por exemplo, “Eu estou com dor de cabeça” é um proferimento que pode ser verdadeiro ou falso quando dito por pessoas diferentes. O conteúdo semântico se liga a uma situação real de fala e muda conforme o objeto ou contexto de proferimento.

O proferimento “Eu estou aqui” permite a identificação física, a pessoa em carne e osso que se auto refere, mas o “Eu estou aqui” pode ter mais riqueza, uma intencionalidade que vai além da representação espaciotemporal. O “Eu estou aqui”, ouvido por um doente que recebe a visita de um ente querido, pode identificar elementos submersos na referência e que são compartilhados entre falante e ouvinte e a história compartilhada por eles.

**\*\*Sentido fregeano\*\*.** Não obstante o uso standard do “eu”, de autorreferência, já que poderiam haver usos impessoais, Costa sublinha que há mais do que o conteúdo semântico ser o próprio objeto “eu”, como sugerido pela teoria da referência direta - é preciso dar um sentido a esse objeto. De acordo com Costa, é um erro pensar que o caráter proposto por Kaplan ou o papel proposto por Perry, que seriam o sentido lexical, pudessem se igualar ao sentido fregeano (Sinn), já que o sentido lexical permanece o mesmo, sabendo que o Sinn é múltiplo, são os modos de apresentação da referência (“pegue \_aquele\_ comprimido” – o maior, “pegue \_aquele\_ comprimido” – o azul). Para os indexicais então, Costa sugere um retorno ao Sinn para dar conta do conteúdo semântico, como o valor cognitivo de cada modo de apresentação e não da própria referência e, aí, por uma \_regra de identificação semântica-cognitiva\_.

**\*\*A pessoa do eu\*\*[iii]\*\*\*\*.** Costa argumenta que, antes de abordarmos pronomes pessoais, precisamos entender o que é uma pessoa qualquer e depois situá-la em um contexto, adicionar o sexo, etc. Parte-se do eu associado a uma regra de identificação e depois se aplica em um contexto espaciotemporal. O objeto real

de referência do pronome pessoal “eu” é uma certa pessoa composta de uma mente humana e um corpo biofísico conforme proposto por Strawson. Mais do que o eu humano, fluxo de sensações, trata-se de um eu empírico, espaciotemporal e psicológico.

O “eu” é nossa auto imagem possui ideias, memórias e convicções, constituição egóica psicológica acessível por partes, mas transcendental se considerado no todo. Se não é uma totalidade já que não pode ser observado e observador ao mesmo tempo, ele pode formar uma ideia de si mesmo no decorrer do tempo. Citando Costa:

“Quando penso em meu próprio eu, porém, é naquilo que sou e no que poderíamos chamar uma constituição egóica subjetiva pertencente à minha pessoa e que sou capaz de experienciar diretamente como um todo, mas do qual formo uma ideia com base em estados mentais que se reiteram, que são mais ou menos interrelacionados, que por vezes vêm à mente e aos quais posso me referir”. (COSTA, 2022, p. 32)

Como não temos acesso direto cognitivo, construímos uma teoria indiretamente a partir do fluxo humano, construção ideativa que supomos corresponder ao real.

**\*\*A instanciamento da regra lexical\*\*.**[iv] Costa ressalta que A3 corresponde a uma constituição egóica subjetiva, mas não pessoa particular e encerra o significado linguístico da palavra “eu”. Já o conteúdo semântico é dado por A3s, que é a instanciamento de A3, assim enunciado:

“O pronome pessoal ‘eu’ tem a função de indicar uma pessoa formada pela constituição egóica X do indivíduo físico-biológico Y que o está proferindo em um momento T em um lugar L e em circunstâncias C de nosso mundo real, tal como ele é capaz de ser pensado pelo falante e pelo auditório na interação comunicativa”.

Assim, preenchendo as variáveis temos a pessoa particular, mas que não é a referência direta ao eu pessoal. Trata-se do eu pensável, constituição espaciotemporalmente localizável conhecida por falante e auditório, conteúdo semântico cognitivo pensado em A3s que espelha a referência enquanto tal, eu empírico no contexto concreto.

**\*\*Distinção tríade\*\*.** Se A3s é o ato de referência indexical, existe A3r que é da pessoa real correspondente, quando as variáveis são preenchidas por elementos do mundo objetivo; A3s: pensado, A3r: fato no mundo. Há aqui um representacionismo defendido por Costa com base em evidências de Bold fMRI, pois é o conteúdo semântico cognitivo que permite o compartilhamento dos

“sense data”, já que se pode comunicar sensação de fome não tem fome em si. A Distinção triádica fica assim:

#### \_SIGNIFICADO LEXICAL DO INDEXICAL\_

\_V\_

#### \_CONTEÚDO SEMÂNTICO COGNITIVO DO INDEXICAL\_

\_V\_

#### \_REFERÊNCIA DO INDEXICAL\_

A3s é a maneira fregeana, o modo de apresentação do objeto (interno, por pensamentos) e A3r o objeto no mundo, sua constituição egóica. Costa faz o mesmo procedimento com relação ao demonstrativo “este” (A1), tomando por base a ontologia de tropos que não cabe retomar aqui.[v] De qualquer forma, entre a função léxica de A1 e o mundo (A1r) há o conteúdo semântico cognitivo A1s do objeto pensado que corresponde a A1r. Na verdade, há intermediários A1s que seriam capazes de explicar imagens alucinadas que não teriam correspondentes no mundo.

Conforme Costa, “A satisfação de A1r costuma conduzir causalmente à satisfação de A1s, que por sua vez nos permite a cognição oferecer-nos um conteúdo cognitivo que é, no final das contas, o modo como a referência nos é apresentada” (p. 38). Mantém-se o espelhamento dos fatos empíricos (o sol nascer) em estados fenomenais (círculo luminoso no olho), contudo baseado em critérios de realidade externa (CRE), que são: 1.) independência da vontade, 2.) máxima intensidade sensorial, 3.) possível intersubjetividade, 4.) seguimento de leis naturais e 5.) adequações ao contexto esperado.

**\*\*Investigação dos indexicais\*\*.** Concluiremos essa introdução apontando para o que se seguirá no capítulo 2. Definiram-se tanto regras para A1s (semântico-cognitivas – tropos internos) quanto para A1r (aplicação nas referências – tropos externos). O mesmo pode ser feito de A1 a A7, embora a passagem à referência requeira CRE e consenso interpessoal. Mas Costa investigará na continuidade as concepções sobre a natureza do conteúdo semântico do indexical, tanto pela referência direta (miliana): abordagem de Kaplan que iguala conteúdo e referência e cognitivista (neofregeana): conteúdo é cognitivo, modo de apresentação fregeano (Michael Dummett, Tugendhat) que aplica regra criterial identificadora do objeto particular. Notadamente, são ideias passíveis de uma leitura ontológica em termos de tropos.

\* \* \*

[i] Fichamento do capítulo \_2\\_. Termos Indexicais\_. COSTA, C. \_Cognitivismo Semântico: Filosofia Da Linguagem Sob Nova Chave\_. Curitiba: Editora Appris, 2022.

[ii] Referência.

[iii] Aqui Costa traz uma análise ontológica e também evoca a metafísica descritiva de Strawson.

[iv] Uma vez mostrada a regra léxica e definido o “eu”, já se pode instanciá-lo pela linguagem.

[v] Ontologia de tropos é proposta de Donald Williams e permite localizar propriedades espaciotemporalmente, superando as ideias platônicas. Então, temos propriedades-t mentais e físicas aliadas à localização para podermos falar de A1 em termos mentais-representacionais, em termos de A1s.

## Teorias semânticas do uso - 05/08/2023

\_Uma introdução ao significado como uso da linguagem mediante regras ou relações de inferência \*\*[i]\*\*\_

Dado que numa teoria proposicional do significado as frases são entidades abstratas e inertes, surgem teorias do uso do significado e, advogando a esse respeito Wittgenstein (o segundo), que aproximou frases de peças em um jogo e que são usadas em práticas sociais convencionais e regidas por regras. O significado, para uma teoria do uso, é o emprego correto de expressões. Por outro lado, Wilfrid Sellars aproxima o ato de inferir de uma expectativa social, se contrapondo ao fato de exprimir uma proposição. Não obstante, as teorias do uso enfrentam obstáculos, como é o caso de explicar como o uso da linguagem difere do jogo de xadrez, por exemplo, já que esse não gera significado, ou \_como\_ uma frase significa que tal e tal.

Há conhecida anedota de que Russell examina as frases no quadro de negro como objetos em si, o que foi combatido por Wittgenstein e Austin que viam a

linguagem como prática social. Contudo, se as proposições são abstrações do que é dito no mundo real, não se pode negar que há abstrações, por exemplo, quando abstraímos um som sonoro ou a própria gramaticalidade. Ainda haveria a perspectiva de Strawson de que proferir é produzir.

#### \_O uso num sentido aproximadamente wittgensteiniano\_

Do ponto de vista de Wittgenstein, é por algo familiar que entramos no misterioso mundo do significado. A apreensão do significado se dá pelo receptor e a compreensão pelo ensino e aprendizagem da linguagem no comportamento conversacional de fazer jogadas, como quando as crianças aprendem rapidamente o que fazer perante certos ruídos[ii]. Embora ele não negue que haja relações referenciais, para ele a atividade linguística se dá por meio de regras similares as de jogar jogos onde as expressões (olá, obrigado) são como as peças (cavalo, torre). Há diversos jogos de linguagem (encontrar alguém e saudar, linguagem entre marido e mulher ou a aritmética...) nos quais se utilizam dispositivos convencionais e papéis funcionais usados em determinadas ocasiões e contextos.

O jogo de linguagem é ilustrado pela famosa analogia da linguagem primitiva entre servente e pedreiro, onde o que conta é a função (fazer algo) e não a relação de referência. Mas essa ilustração traz a dificuldade com frases longas e complexas que necessitariam de um mecanismo adicional como a verificação, que foi proposta pelos positivistas lógicos. Outro ponto difícil para a abordagem de Wittgenstein é o da consequência lógica, algo que a teoria inferencial do significado de Sellars lidaria ao tomar o ato de inferir como ato social e regras de entrada e saída baseadas na prática social e não em verdades lógicas.

#### \_Objeções e algumas respostas\_

Isso posto, nota-se que, se a teoria do uso evita as principais objeções das teorias já vistas (referencial, ideacional e proposicional), além de ser naturalista por trazer o uso da língua no mundo real, obviamente também enfrenta objeções. Um primeiro ponto é o de explicar a diferença de significado de uma expressão na Terra ou na Terra Gêmea, com a resposta de que se tratam de jogos diferentes já que as regras são em função de coisas. Um segundo ponto é explicar a regra de uso para nomes, o que conduz ao descritivismo. Depois, trata-se de explicar como podemos compreender frases longas em uma primeira vez sem ter havido convenção anterior. E aqui recorre-se ao princípio de Frege de compreender novas frases composicionalmente pela combinação de palavras que vão além da norma.

Seguindo com as objeções, Lycan cita o caso de saber usar a expressão sem a compreender, qual seja, uso perfeito, mas significado nulo. A quinta objeção coloca que as atividades regidas por regras não têm o significado da linguagem, mas o que os distingue? Aqui Lycan faz uma discussão com o pano de fundo de que em um jogo as regras estão circunscritas a ele, mas na linguagem há regras mais “ricas” e que permitem a predicação. Por outro lado, se é demasiadamente desacreditada a regra do jogo (menos rica), seu convencionalismo se torna insuficiente de dar conta da linguagem que trataria de coisas do mundo[iii], o que levaria a abrir uma porta para o referencialismo.

Fechando as objeções, a última observa que jogos, apesar de significativos, não permitem asserções, diferentemente da linguagem, isto é, não se consegue “dizer que P”, os jogadores não dizem ou pedem que algo, coisa essencial da linguagem[iv].

#### \_Inferencialismo\_

Robert Brandom, comentador de Sellars, traz uma concepção de uso normativa que foge de algumas objeções das ideias originais de Wittgenstein e que releva o papel da referência. Para ele, de acordo com Lycan, há um compromisso associado com a elocução pública da frase, feita com base em razões, regras e um histórico dos acontecimentos.

Sobre a distinção entre os jogos e a linguagem, a proposta de Brandom mostra que as jogadas do xadrez, por exemplo, não são inferências, ao passo que as elocuções linguísticas, alicerçadas em uma razão probatória, são inferenciais. Ele também pode escapar da terceira objeção ao admitir um tipo fraco de composicionalidade ao tratar de frases longas.

Por fim, por ser demais epistemológica ao usar noções como justificação, defesa, etc., tende-se a se aproximar a teoria inferencialista mais do verificacionismo do que de Wittgenstein, mas ainda nos restará analisar a teoria de Austin de ato ilocutório que se baseia na teoria do uso.

\* \* \*

[i] Fichamento de \_Filosofia da linguagem: uma introdução contemporânea\_. LYCAN, William. Tradução Desiderio Murcho. Portugal: Edições 70, 2022. \_Capítulo 6: Teorias do uso\_.

[ii] Notadamente chorar frente à dor.

[iii] Ou conforme citação a Friedrich Waismann, os genuínos jogos de linguagem estariam \_integrados\_ na vida.

[iv] Função-que ainda carente de aprofundamento.

## Teorias semânticas da entidade - 24/07/2023

\_Mostra as abordagens das teorias tradicionais do significado e de como elas reportam a um "algo"\*[i]\*\*\_

Partindo-se da premissa de que uma teoria \_referencial\_ do significado não é satisfatória[ii], Lycan traz pontos que devem ser respondidos por uma teoria do significado, como explicar por que alguns objetos físicos têm significado, por que expressões distintas podem ter o mesmo significado, por que uma única expressão pode ter mais de um significado e o por que significado de uma expressão pode estar contido em outra.

Tende-se, então, a se tratar o significado como coisa individual, seja como ideias particulares em uma mente[iii] ou como proposições. Nesse segundo aspecto, a frase “a neve é branca” significa uqe (ou expressa a proposição de que) a neve é branca. Um sinónimo dela, por exemplo, “la neige est blanche”, também expressa a mesma proposição, mas seria possível explicar o significado como sendo uma proposição?

Bem, uma teoria do significado, que visa esclarecer por que uma sequência de ruídos pode ser considerada uma frase com significado, tem que elucidar os sinónimos, a ambiguidade, um significado contido em outro e a consequência lógica. No rol das teorias tradicionais do significado, Lycan enumera as \_teorias de entidade\_ que tomam os significados por coisas individuais, entre elas, a que trata significados como entidades mentais, e a que os trata como entidades abstratas, mas não mentais, que seriam as proposições, postuladas por Bertrand Russell.

\_Teoria ideacional: a mais intuitiva\_

Remete a John Locke (1690) e define que os significados das expressões linguísticas são ideias na mente. Daí que uma sequência que significa algo



\_exprime semanticamente\_ um estado mental particular que é portador de conteúdo, como podendo ser uma ideia, uma imagem, um pensamento ou uma crença.

Dessa definição pode se objetar que tipo de coisa é essa ideia. Se é uma imagem, há o problema de ela ser mais pormenorizada que o significado, isto é, imagens são muito particulares para serem tomadas como significados de frases, por exemplo. Já se pensarmos em um conceito mental, cairíamos em circularidade pois seria difícil definir um conceito sem referir ao significado. Sendo um pensamento completo, tem-se que nem toda a frase exprime o pensado.

Uma segunda objeção diz que há palavras que não tem imagem, conceito associado (por exemplo, “é”, “de”). Outra objeção enfatiza o caráter do significado de ser público e intersubjetivo, ao passo que imagens, ideias e sentimentos são subjetivos, quer dizer, estão em uma mente e diferem de pessoa para pessoa. Por fim, objeta-se que há frases que terão significado, mas que nunca foram pensadas por alguém, daí que não têm entidade mental.

\_Teoria proposicional: a principal\_

Proposições são itens abstratos independentes da linguagem e das pessoas, são gerais e eternas. Elas vêm na esteira das ideias, em outras palavras, se pensarmos em uma ideia não como atual, mas possível, então ela acaba sendo uma proposição... A definição de Russell e Moore, conforme apresentada por Lycan, é mais ou menos assim: seja F uma sequência de palavras com significado, P uma proposição (um conteúdo abstrato) e g uma sequência sem significado, F tem relação com P e g não tem relação com P, sendo essa relação uma expressão.

Resumindo, F tem significado em virtude de exprimir a proposição particular P. Essa teoria resolve os \_fatos do significado\_, como o \_sinônimo\_, quando F1 e F2 exprimem a mesma proposição e a \_ambiguidade\_, se F exprime P1 e P2. Caracterizando um pouco mais, as proposições são expressas por frases e identificáveis por meio de uma \_oração \- “que”\_, uma oração subordinada substantiva objetiva direta. Essa função, que é usada no \_discurso indireto\_, liberta a proposição de ser uma expressão particular. E, também, proposições são estados mentais pois \_podemos pensar que P\_[iv].

Lycan ressalta que as proposições podem ser verdadeiras ou falsas, já que o seu valor de verdade muda no tempo ou em determinados contextos, conforme a frase que a expressa seja V ou F. Então, a elocução de uma frase pode expressar um P pode ser V ou F, a depender de quem a diga e quando a diga. Desse tratamento, conclui-se que as frases derivam seus valores de verdade das proposições.

Por fim, as proposições tem uma estrutura interna que é composta por parte conceituais abstratas. Digamos, “neve” tem significado, mas não é uma proposição, somente a frase é. Então “neve” é um constituinte da proposição, um conceito. Mas, outro fato do significado é a questão de como um ser humano compreende uma frase. Para Moore, uma pessoa tem uma relação com P e sabe que F exprime P, sendo que essa relação é a de captar, apreender a proposição.

### \_Objeções\_

Contudo, se a teoria proposicional se harmoniza com o senso comum, ela também levanta objeções que serão tratadas por Lycan. As proposições são itens abstratos esquisitos que existem apesar dos humanos e com eles se relacionam, mas não estão no espaço-tempo. Aqui podemos lembrar de Occam e sua máxima de não postular entidades além da necessidade, portanto, seriam as proposições desnecessárias? Por outro lado, surge a dificuldade de como nos relacionamos com elas, apesar da proposta de Moore de que podemos captá-las, isso porque parece haver um significado para “além das palavras”, que são as tais proposições e mesmo frases diferentes tem significados diferentes. Além do mais, sabe-se que elas são comuns na ciência e na filosofia, para explicar os fenômenos. Já para Gilbert Harman a teoria proposicional nada explica de fato pois a proposição se confunde com o significado, parecendo a mesma coisa.

Por fim, Lycan evidencia que o significado tem um papel social dinâmico, mas, se é assim, a proposição deveria ter um papel causal na explicação, mas não o tem, o que abre espaço para as teorias dos filósofos da linguagem dos anos 50 que explicam o significado em conexão com o comportamento humano. São as teorias do uso que Lycan (e nós) abordará no próximo capítulo, \_teorias semânticas do uso\_ que explicam o significado em função do uso na da linguagem.

\* \* \*

[i] Fichamento de \_Filosofia da linguagem: uma introdução contemporânea\_. LYCAN, William. Tradução Desiderio Murcho. Portugal: Edições 70, 2022. \_Capítulo 5: teorias tradicionais do significado\_.

[ii] Conforme [<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2022/09/significado-e-referencia.html>](<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2022/09/significado-e-referencia.html>) \- Significado e Referência.

[iii] Em um sentido mais abstrato, não seria uma ideia individual, mas um tipo

de ideia. Por exemplo, ao invés da ideia de um cão específico, seria uma ideia de cão.

[iv] Sobre proposições e a função - que, Ruffino e Costa terão mais a dizer, esperamos que em breve.

## Significado relativo - 04/07/2023

\_Sobre a relatividade do significado nas propostas de Frege e do segundo Wittgenstein\*\_

Nos parece que tanto Frege quanto o segundo Wittgenstein relativizam o significado em suas propostas de filosofia da linguagem. Quando Frege conceitua o significado como sendo o sentido de uma frase, chegando até a cortar o seu vínculo com a referência, ficamos no campo da subjetividade, isto é, o sentido é algo que nós atribuímos a um objeto. Ocorre que diferentes pessoas podem atribuir diferentes sentidos a um objeto e não partilharem esses sentidos de maneira que, na presença do objeto, eles podem não ser identificados daquelas diversas maneiras.

Nesse sentido fregeano, a forma como falamos do objeto é mais importante que o próprio, o sentido que damos é aquele sobre o qual o objeto é apresentado no discurso. A apresentação do objeto está intimamente ligada ao nosso processo cognitivo, pois quando um objeto tem um modo de apresentação diferente daquele que conhecíamos, tem-se um novo valor cognitivo. Assim, muitas formas de apresentação podem ser feitas a respeito de um mesmo objeto e esses são muitos sentidos e trazem diferentes significados que se tornam relativos, por mais que eles devam buscar a referência.

Já para o segundo Wittgenstein, o significado de uma frase é dado pelo seu uso em um contexto e uma mesma palavra ou frase pode ter um uso diferente em determinados contextos ou por grupos de pessoas diferentes, o que também acarreta diferentes significados. A proposta de Wittgenstein parece ser mais intersubjetiva, pois parece implicar um acordo entre os grupos de falantes sobre os significados que eles darão para as frases em seus usos, gestos, tons de voz. A linguagem passa a ser mais um meio, um aparato para a comunicação que precisa ser eficiente para se alcançar um fim.

Mas essa caracterização pode ser ineficiente para um terceiro que desconhece

as regras que foram se impondo para que aquele modelo de comunicação fosse criado e se efetivasse. O terceiro pouco entenderia do que ocorre em contextos particulares, de domínios específicos e com regras frouxas. Assim, muitos jogos de linguagem poderiam eventualmente utilizar as mesmas palavras ou frases, mas em usos distintos e trazendo significados diferentes, que também se relativizariam.

Se estamos certos no que foi dito até agora, ficamos a mercê da relatividade do significado. Mas, isso é um problema? Pode não ser em muitos casos e até, nesses casos, trazerem vantagens competitivas e de adaptação, mas de Frege\*\* se poderia ter como consequência que dois interlocutores concordam sobre o sentido de determinada expressão ou objeto que não é um sentido convencional e que pode deturpar o seu significado, podendo levar ao terraplanismo. A respeito de Wittgenstein, certas expressões tiradas de seu contexto poderiam ser catastróficas.

De todo modo, ambas as teorias podem ser aceitas se devidamente introduzidas e respeitadas dentro de suas próprias condições, mas elas não garantem que a linguagem pode ser utilizada de maneira objetiva e universal. Essa maleabilidade da linguagem aporta um dinamismo que é perspícuo, mas que gera dificuldades em domínios como o científico, medicinal ou jurídico. Sempre pode e deve haver um espaço de manobra, mas a busca de um significado mais rigoroso pode se fazer necessário quando até as máquinas já começam a difundi-lo.

---

\* Filosofias referencialistas e / ou externalistas como as de Kripke, Putnam, etc. abordam o significado de maneira diversa, mas nem por isso podemos dizer que não sejam relativistas.

\*\* Não nos esqueçamos que o valor de verdade, para Frege, depende da referência.

## Representação e Correspondência - 03/07/2023

\_Aborda a superfície de dois temas controversos: a representação mental da realidade e a sua correspondência com o mundo\*\*[i]\*\*\_

O primeiro ponto que gostaríamos de tocar é o da \_representação\_, quando tida como esboço mental da realidade. É mais ou menos como se fosse uma mente vazia

que aponta para fora (Sartre) ou uma mente que espelha o mundo (Descartes, Kant), com os segundos valorizando uma concepção egóica. Ao tratar do conteúdo semântico das proposições, Costa defende o espelhamento dos dados do mundo com a consciência pensando, por meio dos dados-dos-sentidos.[ii] O mais interessante é que ele o faz trazendo evidências científicas de exames de imagem do cérebro (BOLD fMRI)[iii]. Ora, seria possível mapear os “sense-data” em nosso cérebro e são os seus conteúdos semânticos que são por nós partilhados com os demais por analogia, evitando-se também, assim, o solipsismo.

A \_correspondência\_, algo também deveras controverso, marca muito essa relação linguagem-mundo, mente-linguagem-mundo e, nesse contexto, Costa defende os fatos como “os fazedores-de-verdade universais”. Em linha com Frege-Strawson e em oposição a Austin, Costa concorda com a correlação entre um pensamento e um fato e, nesse sentido, enfatiza o status ontológico do fato, pois é ele que é a referência do conteúdo empírico. Aqui dizemos: por mais que haja um sentido que é comunicado e entendido na teoria de Frege, o seu conteúdo só tem valor de verdade se corresponde a algo no mundo.

É a alusão que Costa faz a uma \_teoria correspondencial da verdade\_, ou seja, um conteúdo cognitivo, um pensamento verdadeiro se ancora em um fato empírico, que é uma situação ou estado de coisa cuja descrição começa com uma cláusula-que, conforme definição de Strawson. Por exemplo, o fato de que “o seu estado de saúde é bom” é algo que não muda enquanto dura e pode fazer o papel de fazedor-de-verdade do conteúdo cognitivo do enunciado.

\* \* \*

[i] São temas que Costa trata lateralmente nos trechos que até então tivermos oportunidade de ler em sua obra *Cognitivismo Semântico*, mas que servem para deixarmos esses assuntos em pauta.

[ii] Lembremos que Costa é um neo-cognitivist.

[iii] Brevemente aqui <<https://quissak-en.blogspot.com/2018/04/tech-to-study-braini.html>>.

## Quem é o homem no canto da sala bebendo martini? - 30/06/2023

\_Trata da distinção de Donnellan e porque Kripke não a considera\*\*[i]\*\*\_

Tentemos ser breves sobre esse ponto: \_dois homens estão em uma festa e falam de um terceiro que, no canto da sala, bebe algo\_. Os dois, quando falam dele, dizem: “ \_o homem no canto da sala bebendo martini, etc...\_ ”, e, assim, a ele se referem. Entretanto, \_o homem não bebe, de fato, martini, ele bebe soda e, mais do que isso, ninguém na sala bebe martini pois não há martini na festa\_.

Ora, do ponto de vista de Donnellan, esse é um tipo de uso descritivo referencial, isto é, uma expressão que permite referir um objeto, mesmo que a expressão esteja errada do ponto de vista atributivo, já que \_se atribuiu ao homem que ele bebia martini\_ o que, mesmo possibilitando a sua identificação, não era de fato o que ocorria. Mas é o uso descritivo atributivo que também permite identificar, aí sim, de forma correta, quer dizer, univocamente.

É o que ocorre quando, em uma investigação criminal, se busca o assassino e, ao encontrar uma pegada na lama, o policial diz: “o homem com essa pegada número 43...” e, desse modo, atribui a pegada ao assassino, embora ele não esteja presente e não tenha sido descoberto ainda, impossibilitando a referência.

\* \* \* \* \*

Na teoria das descrições definidas[ii], Russell enfatiza o contributo semântico que elas carregam já que, para ele, teriam significado para lá de seus referentes, não obstante os quatro quebra cabeças que ele expõe sirvam para mostrar que as descrições definidas \_não se conectam\_ ao mundo por nomeação direta. Mas, Strawson entende que frases são usadas em situações conversacionais concretas em objeção à abordagem russelliana de tomar frases em abstrato, como objetos em si.

Para Strawson, as frases são usadas pelas pessoas para se referirem e em determinados contextos – só as expressões não referem. Nesse viés, ele não toma as frases como proposições que possuiriam uma forma lógica e um valor de verdade. Porém, por mais que não sejam as expressões, mas as pessoas que refiram, há um sentido secundário em que expressões referem: quando há um objeto que as satisfazem univocamente: o referente semântico da descrição. Pois bem, se Russell quer insistir que as descrições não são expressões referenciais, há esse sentido secundário no qual uma descrição pode ter um referente. E é disso que trata a distinção de Donnellan.

Donnellan pegará nesse ponto que a análise de Russell não capta: o uso de descrições definidas como nomes, para se referir. Então, se para Russell, um uso referencial como <<O Sacro Império Romano>>, com as iniciais maiúsculas, não passa de um título e não de uma descrição, Donnellan mostra que há casos de descrições usadas para darem atenção a um indivíduo particular.

Tomemos a expressão “O homicida do Ferreira é louco”. Podemos notar que se trata de um uso atributivo, já que pretende dizer que quem cometeu o terrível crime de matar o Ferreira é louco (atribui o predicado louco ao homicida). Mas, alguém (o Pedro) poderia estar a ver o julgamento, sem conhecer nada do réu, e fazer a afirmação: “O homicida do Ferreira é louco”, pois ele vê que os olhos do homem estão revirando e, dessa forma, Pedro se refere ao réu independentemente dos atributos (ele poderia estar apontando para o assassino). Conforme Lycan, o que Pedro afirma é verdadeiro se e somente se o réu for louco, independentemente de ter ou não cometido o homicídio. A isso Donnellan chama uso referencial.

Se Russell escreve como se todas as descrições fossem usadas atributivamente, Strawson relegou o uso atributivo ao enfocar o contexto de referência. Esse duplo aspecto leva à conclusão de que há ambiguidade quanto às descrições definidas. No uso referencial, o público escolhe do que se está a falar e esse uso não ocorre essencialmente, mas para chamar a atenção acerca daquela pessoa. Então, <<O F é g>>, para Donnellan, se nada é F, de nada se disse que é g (uso atributivo, isso não se aplica para o uso referencial, já que não se referencia nada).

Por outro lado, na festa há uma mulher com um acompanhante sobre o qual se diz “O marido dela lhe dá muita atenção”[iii]. Ocorre que o acompanhante é referido mesmo a mulher não sendo casada e esse é o conceito de referente semântico: aquele que satisfaz a descrição (portanto nenhum, já que ela não é casada) e que diverge do referente real[iv]. Conclui-se que, para Donnellan, não importa se não houver homicida do Ferreira, o que se disse é verdadeiro se e somente se Joaquim é louco.

\* \* \* \* \*

A respeito de Kripke, Ruffino mostra que ele[v] não considera descrições definidas na análise dos nomes próprios, mas apenas seu nome ordinário[vi]. Ruffino reforça que duas condições para que uma descrição definida funcione bem são a existência e a unicidade, o que foi questionado por Donnellan, para quem isso nem sempre ocorre, embora Kripke não tenha levado isso a sério. Em seu ensaio (1966), Donnellan diz que, às vezes, fazemos referência a um objeto embora a condição de existência não seja satisfeita (aqui ele cita o exemplo

do título desse texto).

Ruffino enfatiza que o falante refere, o locutor entende e a conversa continua. É possível ser bem-sucedido em se referir e se comunicar mesmo usando uma descrição errada[vii]. Tudo funciona bem na comunicação mesmo com a descrição defectiva. Esse é o uso referencial de uma descrição definida quando, pelo exemplo de Ruffino, você está em um saguão esperando uma palestra começar e passa um rapaz de terno e gravata, do que você diz: “O palestrante chegou” e seu colega entende que \_a pessoa\_ chegou, mas você estava errado, ele não é o palestrante.

Nesse caso mencionado, o conteúdo da descrição ou falha ou é irrelevante. Já no uso atributivo da descrição definida o conteúdo descritivo é essencial. Se ora funciona um uso e ora outro, é o caso de que a teoria de Frege-Russell falha, mas Kripke não considera esses casos e explica que esse ponto é uma questão de pragmática, pois é uma questão prática, já a semântica é uma questão mais restrita, que requer características precisas. Essa circunscrição da semântica com relação à pragmática ainda será nosso tema.

\* \* \*

[i] Enalta-se o didatismo de Ruffino a respeito do argumento mas, ainda assim, nosso texto só toca a superfície do problema. Conforme <https://www.youtube.com/embed/wRhexp8nqR4>, acesso em 25/06/2023.

[ii] Aqui argumenta-se conforme nosso entendimento de Lycan, embora muita coisa fique de fora. \_Filosofia da linguagem: uma introdução contemporânea\_. LYCAN, William. Tradução Desiderio Murcho. Portugal: Edições 70, 2022.

[iii] Conforme Lycan, esse exemplo é de Leonard Linsky.

[iv] Seria uma referência fraca ou pseudo referência?

[v] Em \_Name and Necessity\_.

[vi] Considera como nome "Emmanuel Macron", mas não considera da mesma forma “O atual presidente da França”, como em O F é g. Ora, como Ruffino também mostrará, para Frege-Russell é a descrição que liga o nome ao objeto

[vii] Isso enseja a ideia de que pessoas conversam e se entendem independentemente de estarem usando descrições corretas. Seria terraplanismo?



## O esse do concreto ao universal - 19/06/2023

\_Entre o objeto, a ostensão, o Sinn e o uso\_

É interessante notar a proximidade do indexical com o mundo. Sua primazia pode ser ressaltada com o demonstrativo “esse” que, acompanhado do gesto de ostensão, toca a realidade. Quando dizemos “essa pessoa” apontando para ela, não resta dúvidas: ela está lá. E isso comunica muito mais do que dizer “a pessoa que está lá” ou a pessoa X (descrição definida e nome próprio, respectivamente)[i].

Contudo, essa pretensão de certeza trava a linguagem porque fixa o sentido. Por um lado, “essa pessoa” é “essa pessoa”, pessoa concreta, embora \_essa coisa\_ “essa pessoa” possa trazer significados diversos. Por outro lado, “essa pessoa” é uma formulação universal porque eu só poderia falar daquela pessoa usando o “essa” (demonstrativo) “pessoa” (objeto). Quando a linguagem toca a realidade ela vira uma passagem, não deixa “pegar um sentido”. Só que há vários, várias sintaxes.

\* \* \* \* \*

Eu concluí um fluxo similar ao seguinte, das primeiras palavras de CC no \_Cognitivismo\*\*[ii]\*\*\_ : “objeto” [uma pessoa] <= “indexical” [essa pessoa] (está pertinho) <= “descrição definida” [a moradora do apto 23] (comunica algo) <= “nome próprio” [Maria] (indistinto).

Já Wittgenstein, sobre demonstrativos: “O demonstrativo “este” nunca pode ficar sem portador. Poderíamos dizer: “Enquanto houver um \_este\_, a palavra ‘este’ tem significado, seja \_este\_ simples ou composto”. – Isso, contudo, claramente não faz dessa palavra um nome. Ao contrário; pois um nome não é utilizado com um gesto ostensivo, mas apenas explicado por ele.”[iii]

E sobre nomes e descrições: “Nomear e descrever não estão, de fato, em \_um mesmo\_ plano: O nomear é uma preparação para a descrição. O nomear ainda não é, de modo algum, um lance no jogo da linguagem, \- assim como colocar uma peça de xadrez sobre o tabuleiro ainda não é um lance no xadrez. Pode-se dizer: Com a nomeação de uma coisa ainda não foi feito \_nada\_. Aliás, ela não \_tem\_ um nome, a não ser no jogo. Eis também o que Frege queria dizer ao

afirmar que uma palavra tem significado apenas no contexto da frase”[iv]

O mais interessante é que, pelas \_Investigações\_, minha pergunta de praxe: “Eu falo e você me escuta, mas entende?” teria uma resposta em aberto, variando entre sim e não, a depender do contexto e demais envoltórios.

\* \* \*

[i] Se existir algo lá.

[ii] COSTA, C. \_Cognitivism Semântico: Filosofia Da Linguagem Sob Nova Chave\_. Curitiba: Editora Appris, 2022.

[iii] Investigações Filosóficas. Ludwig Wittgenstein. São Paulo: Fósforo, 2022. Sessão 45, p. 54.

[iv] Idem. Sessão 49, p. 58.

## **Autoimagem compartilhada - 11/06/2023**

\_Mostra um caminho que possibilita achar uma imagem de “eu” que pode ser compartilhada\*\*[i]\*\*\_

Em sua análise dos indexicais, Costa nos apresenta o conceito de pessoa como o conteúdo do eu. Os indexicais, como ele define, são termos singulares que servem para identificar particulares, como por exemplo, os demonstrativos “este” e “aquele”, os advérbios “aqui” e “agora” ou o pronome pessoal “eu”, o qual focaremos nesse texto.

Para Costa, é por meio dos indexicais que a linguagem toca a realidade, o que fica bem evidente quando dizemos “Dai-me esta caneta”. O “esta” indica o objeto próximo ao falante e, quando acompanhado pelo gesto de ostensão, aquele que aponta para a caneta, deixa mais evidente o contato com a realidade, mediante a linguagem.

Contudo, termos ou sentenças indexicais têm a características de variarem o sentido conforme o contexto: “Hoje é sexta-feira” é verdade em uma sexta-

feira, mas não é verdade em um sábado. Costa define duas espécies de significado para os indexicais: a \_função lexical\_, que é o significado linguístico e o \_conteúdo semântico\_ que é o sentido[ii].

Ora, a função lexical é o sentido literal do termo, invariante: no caso do “eu” é o falante. Essa é a regra, “eu” sempre se refere à pessoa que o profere no momento que profere. Porém, a função lexical é insuficiente quando há significação, pois ele é diferente quando dito por pessoas diversas. É aí que aparece a segunda espécie de significado do indexical: o conteúdo semântico que varia com o contexto de proferimento, levando em conta a situação real de fala[iii].

Esse segundo significado traz a referência do “eu” e que pode dizer tanto quanto o nome próprio diz. Como está associado à pessoa que diz, seu conteúdo semântico é o objeto, o ser humano[iv]. É aí que Costa reflete que, para entender pronomes pessoais, precisamos primeiro entender o que é uma pessoa qualquer e depois situá-la em um contexto, adicionar um sexo ou gênero, idade e etc. Resume-se em um “eu” + regra de identificação e aplicá-los em um contexto spatiotemporal, que é aquele compartilhado por todos nós.

Para Costa, é uma certa pessoa, conceito como postulado por Strawson, que é o objeto real de referência do pronome pessoal eu. Essa pessoa é empírica, spatiotemporal e psicológica, composta por uma mente humana e um corpo físico biológico. O eu, nessa definição, é um “eu” “palpável”, isto é, um eu que pode ser compartilhado e que supera o eu fugidio de Hume ou o eu intangível de Kant.

A fortaleza do conceito de Pessoa de Strawson, reside no fato de que ele é um conceito primitivo (possui primitividade lógica), quer dizer, ele vem antes de uma propriedade mental ou física, esses sim, dele dependentes. Conforme ele: “O que temos de reconhecer, ..., é a primitividade do conceito de pessoa.” (p. 144)[v] É a um indivíduo que são aplicados predicados atribuidores tanto de estados de consciência quanto de características físicas.

É por tal conceito que Costa supera (e mesmo Strawson) o “eu” humiano, aquele fluxo de sensações que pode ser constituído a partir de uma autoimagem que de nós fazemos, pelo acúmulo de nossas ideias, memórias e convicções, de maneira indireta a partir do fluxo[vi]. Segundo Costa, há uma constituição egóica psicológica que, se no todo é considerada transcendental por Kant, pode ser conhecida “por partes”. Essa constituição não é a totalidade porque o “eu” não pode, ao mesmo tempo, ser observado e observador, e sim o oposto, forma uma ideia de si no tempo. Citemos Costa:

“Quando penso em meu próprio eu, porém, é naquilo que sou, é no que poderíamos chamar uma constituição egóica subjetiva pertencendo à minha pessoa e que sou capaz de experienciar diretamente como um todo, mas da qual formo uma ideia com base em estados mentais que se reiteram, que são mais ou menos interrelacionados, que por vezes me vêm à mente e aos quais posso me referir”. (p. 32)

Essa constituição subjetiva faz parte da trinca que será conceituada por Costa em sua teoria: ela se refere ao léxico e será instanciada por um conteúdo semântico que é uma pessoa particular [pensável] e que, no ato da referência, aponta a uma pessoa real correspondente (caso haja). Tudo isso mostra como a linguagem toca à realidade e como a Filosofia da Linguagem não evita uma ontologia, por mais que tenham sido feitos esforços analíticos[vii].

\* \* \*

[i] Toma por base a argumentação presente em COSTA, C. \_Cognitivismo Semântico: Filosofia Da Linguagem Sob Nova Chave.\_ Curitiba: Editora Appris, 2022.

[ii] Embora pareça que para Kaplan eles sejam um só, o caráter, como será abordado por Costa mais a frente, mas não nessa comunicação.

[iii] Um exemplo que Costa usa é bem figurativo. É uma situação em que o doente recebe uma visita que diz: “Eu estou aqui”. Esse “eu”, em casos como este, vem carregado de significado, é um “eu” que tem uma história implícita entre falante e ouvinte, visita e doente, e que traz conforto. Há também o contraexemplo do animal que diz “Eu me chamo Loro”, que empobrece o sentido.

[iv] Aqui não entraremos na questão principal de Costa que é a de discutir a teoria da referência direta que ele pretende superar, por meio de um cognitivismo neofregeano. Sobre isso, esperamos falar.

[v] STRAWSON, P. \_Indivíduos: Um ensaio de metafísica descritiva.\_ São Paulo: Editora UNESP, 2020

[vi] Último parágrafo aponta para esse problema:  
<<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2015/08/ceticismo-alegre-e-modesto.html>>.

[vii] Lembrar que Sagid divide o tema em problemas descritivos e fundacionais,

conforme introdução:

<<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2022/10/filosofia-da-linguagem-introducao-e.html>>.

## Prefácio Livro Azul - 16/05/2023

\_Dúvida que os jogos de linguagem sejam explicação suficiente para refutar o conceito de sentido proposicional no uso da linguagem\*\*[i]\*\*\_

O prefácio do \_Livro Azul\_ aparenta indicar que, quando Wittgenstein refuta o significado de uma proposição, sua teoria de jogos de linguagem é insuficiente para dar conta do uso da linguagem. Na verdade, o autor do prefácio questiona se os jogos de linguagem podem ser considerados uma linguagem primitiva, isto é, uma simplificação da linguagem, ou seria considerado uma outra linguagem, ainda que haja um conceito aproximado ao de jogo de linguagem que é o de notação. Entretanto, tudo isso se mistura, na argumentação de R.R., do que seria uma concepção do \_Livro Azul\_, do \_Livro Castanho\_[ii] ou das \_Investigações\_.

Mas, o ponto central é se, e como, se poderia abrir mão do significado, ainda que fosse possível se comunicar e se entender, independentemente de que se possa explicar o significado daquilo do que se fala, conforme citação: “podemos falar e compreender o que é dito – sabendo o que significa – sem que isso queira dizer que podemos dizer o que significa” (p. xi). Essa ideia é de uma aprendizagem da linguagem como treino e iria de encontro a proposta de Santo Agostinho de que já haveria uma estrutura de linguagem pronta e que o ensino da língua se daria pela explicação do significado de expressões.

Entretanto, ressalta o autor, também há em Wittgenstein uma busca pela natureza da linguagem que se opõe a sua logicização, como quando, de novo em referência a Agostinho, ele mostra haver a consideração dos demonstrativos \_isto\_ e \_aquilo\_ como nomes autênticos, ao passo que os nomes próprios seriam inexatos. Porém, ele não teria explicitado de onde vem essa tendência de análise lógica, se de um modelo de linguagem que usa regras exatas similares as da ciência ou de uma origem de uso metafísico, embora sempre ressaltando que o sentido que as palavras têm é o sentido que lhes damos.

Por fim, é um pouco disso que se trata, se a natureza da linguagem está baseada no uso, seria possível utilizar a linguagem e seus signos nos jogos

independentemente da noção de sentido? Se esse é o caso, conforme R.R., “...o método tem de ser aí um tanto diferente. Não se pode esperar tanto dos jogos de linguagem” (p. xx).

\* \* \*

[i] WITTGENSTEIN, L. *O Livro Azul*. Lisboa: Edições 70, 2018.

[ii] Esses dois foram ditados aos seus alunos.

## **Anotações Livro Azul - 11/05/2023**

\_Visa trazer anotações iniciais sobre uma primeira leitura d'O Livro Azul\*\*[i]\*\*\_

\_Substantivação\_ : Wittgenstein nos chama a atenção, na primeira página (p 21), para uma prática que leva a erros filosóficos, qual seja, ao tratar de um substantivo procurar por um objeto associado. Aqui parece uma espécie de crítica à ostensão[ii], quando uma palavra é significada apontando para uma coisa e também visa marcar um objeto, defini-lo de forma fixa e não pelo dinamismo da linguagem. Um antídoto a essa prática seria reformular perguntas que se referem ou buscam por coisas por perguntas que buscariam por uma explicação de palavras ou conceitos para fugir do objeto. Na verdade, mesmo a ostensão não garante o significado, já que a interpretação pode variar. (Por exemplo, eu aponto para algo no céu que chamo avião, mas você pode chamar disco voador.) Por outro lado, há um uso mistificador da linguagem (p 29) que nos confunde quando tratamos de certos substantivos, como o tempo e queremos verificar a sua natureza[iii] tendendo-se a diviniza-lo.

\_Frege\_ : entendemos que há uma crítica ao conceito de sentido posto por Frege, que seria algo que daria vida à linguagem, ao invés de meros signos inertes, porém que pareceriam direcionar a algo imaterial, quando Wittgenstein entende que o sentido vem da utilização da linguagem. Aí teria uma referência implícita a Occam, ao se questionar por que a adição de um sentido animaria aquele signo. Evita-se o sentido pela utilização e a frase ganha vida pela linguagem. Na verdade, os mais variados sentidos são descobertos pelo uso em cada caso particular, em cada contexto e é pela gramática que o sentido pode

ser explicado.

Depois de falar sobre dificuldades na compreensão gramatical, \_jogos de linguagem\_ aparecem como simplificações de linguagem (p 44), próximos de uma linguagem primitiva ou daquela usada pela criança e que não envolveriam pensamentos complexos, permitindo desnudar o uso da linguagem habitual e que se mostrarão, a bem da verdade, similares ao de uma linguagem mais complicada.

Ele trará um \_método\_ de análise linguística (p 61) que não se aterá a qualquer tipo de significado verdadeiro para uma palavra, mas que mostra que seu sentido é sempre dado por alguém e que são expressos pela linguagem comum, mas perfeita que uma linguagem ideal. E também um método que rejeita que há um processo mental de pensamento como uma instância além do seu mero caráter de expressar o pensamento, isto é, o ato mental não passa de manipulação dos símbolos pela linguagem. Ele remete a velha distinção entre um mundo mental e um mundo físico, sem que nos esqueçamos de que nossas certezas pessoais ou mesmo estados psíquicos podem nos levar a um excesso de subjetivismo, ao passo que proposições sobre objetos físicos pode ser comprovadas pela experiência.

Temos certeza de quão rasas são essas primeiras notas da obra e o quão incerto meu entendimento, o que nos instiga a futura leitura detida, mas falemos dos tão polêmicos dados dos sentidos que nosso autor traz ressaltando a atitude metafísica e que parece desmistificar o idealismo / solipsismo. Para ele, o metafísico aproxima os \_dados dos sentidos\_ e que seriam privados, aos corpos físicos, tratando ambos como verdades científicas, como que expressando aquela indubitável certeza. Mas, não seriam eles, os dados dos sentidos e o objeto físico uma e a mesma coisa? Isso ele parece dizer (p 114), quando compara os dados visuais de uma árvore com a árvore física. Ora, sem os dados visuais dela, a árvore deixaria de existir? Finalizemos com a citação: “Ora, o perigo que corremos quando adotamos a notação dados dos sentidos é o de esquecermos a diferença entre a gramática e uma declaração sobre dados dos sentidos e a gramática de uma declaração, exteriormente semelhante, sobre objetos físicos.” (p 123).

\* \* \*

[i] WITTGENSTEIN, L. \_O Livro Azul\_. Lisboa: Edições 70, 2018. Anotações expressas..

[ii] Como sendo o sentido.

[iii] Santo Agostinho recebe uma crítica mais a frente por querer “medir o tempo” (p 58) – tempo que é sempre fugidio....

## Teoria Causal da Referência - 28/03/2023

\_Mostra uma nova versão de teoria da referência em resposta ao descritivismo\*\*[i]\*\*\_

Em seu bojo, a teoria causal da referência visa explicar o sucesso referencial de falantes ignorantes e foi exposta em forma de esboço por Kripke[ii] formulando que, segundo Sagid, um nome próprio é em algum momento introduzido no discurso e depois difundido de falante para falante. Em seus pontos principais, postula que falantes formam uma cadeia de usuários e o elo que conecta a cadeia é de natureza causal, embora nem todo elo nessa cadeia seja relevante. A existência do elo causal é condição suficiente para que o falante se refira ao objeto através do nome, mesmo sem conhecimento de fatos individualizadores.

De acordo com Sagid, esse esquema permite acomodar o fato de que falantes ignorantes podem ser bem sucedidos referencialmente, sem conhecer qualquer propriedade do objeto. Entretanto, Sagid argumenta que Kripke não desenvolveu a ideia suficientemente para que se tornasse uma teoria, por exemplo, não definiu o que seria um elo causal apropriado, de tal sorte que a não delimitação torna a alegação irrefutável[iii].

Contudo, a teoria prosperou nas mãos de Michael Devitt[iv] que quebra o fenômeno da referência em duas partes: em um primeiro passo trata do fenômeno da fixação do referente, a partir da introdução do nome. É o elo causal do tipo C1 que verifica como a introdução é feita, delimitando o elo causal entre os falantes que introduzem o nome e o objeto nomeado. Já o segundo fenômeno é o da difusão social dos nomes próprios, no qual o sucesso dos usuários posteriores depende do sucesso dos usuários anteriores. É o elo causal do tipo C2 entre os membros da cadeia de uso que tomam a referência por empréstimo.

Considerando C1, a explicação de como um nome próprio pode ser introduzido para um objeto tem a forma mais comum do batismo por ostensão, isto é, um contato perceptivo, por exemplo, “Ele se chamará Aristóteles”. Esse elo causal oriundo do contato visual é condição suficiente para se atribuir um nome, a partir dele se ganha a habilidade de se usar um nome para atribuir. Embora



suficiente, não é necessário, já que há outras formas como as descrições definidas que podem ocorrer no caso de se introduzir uma descrição definida antes do nome em casos simulares ao de uma investigação policial que busca o “autor dos crimes”, antes que se saiba a identidade.

Uma teoria causal mais recente (2015) foi pleiteada por Andrea Bianchi e é chamada de teoria da cópia / repetição procedendo pela relação de referência entre ocorrências de nomes e objetos. Uma ocorrência é considerada um “particular linguístico”, cada uso do NP, seja ele escrito no papel, proferido por alguém ou lido na capa de um livro. Ora, o que leva a ocorrência de um nome próprio se referir ao objeto que se refere?

Para a teoria da cópia, uma ocorrência de “Aristóteles” se refere a Aristóteles em virtude de (I) ter sido introduzida para Aristóteles ou (II) ser uma repetição / cópia de uma ocorrência que foi introduzida para Aristóteles. Nossas referências, produzidas por nós, se referem a Aristóteles em virtude de elas serem cópias de outras ocorrências, estas sim, introduzidas para Aristóteles. E o que garante que as nossas cópias se referem a Aristóteles é que o conceito de cópia é transitivo, isto é, se C é cópia de B e B é cópia de A, então C é cópia de A[v].

Esse conceito de cópia de Bianchi é, segundo Sagid, muito intuitivo e simples, já que cópia das ocorrências é tomada em sentido literal e que explica como alguém pode tomar de empréstimo a referência de outra pessoa. Literalmente cópia ou repetição: ouvimos um nome e repetimos. É um processo mecânico, mas que levanta a objeção de que se daria quicá por uma foto copiadora ou um papagaio[vi], que é capaz de proferir a ocorrência que de fato se refere a Aristóteles. Mas o papagaio é de fato um usuário de NPA (Nome Próprio Aristóteles)? A depender de Bianchi, parece que sim, porém Sagid traz a diferenciação entre dois eventos: fazer uma referência e produzir uma ocorrência referencialmente [e meramente] bem sucedida.

Sagid então traz objeções de Jessica Pepp[vii], como o caso de um historiador que, ao escrever um livro sobre o filósofo Sócrates, copia a referência de uma notícia sobre o jogador Sócrates. Aí teríamos as ocorrências do livro se referindo ao jogador, se se toma o enfoque de Bianchi. Mas, para Pepp, o livro é sobre o filósofo e isso inviabilizaria a teoria da cópia, pois não explica esse tipo de cópia e se reforça a distinção entre fazer referência ou meramente se referir, já que, na visão de Bianchi, as afirmações do livro seriam falsas pois asseriam ao jogador coisas do filósofo, não explicando a referência por empréstimo.

Há também os usos cotidianos de NP que não parecem serem cópias, visto que não

são somente produção de cópias, mas realmente fazem referência. Podemos “repetir um nome” esquisito[viii], mas isso não quer dizer “usar o nome”. Posto isso, Sagid retorna à teoria de Devitt que parece ser mais plausível na explicação de C2 e também abordará uma “formulação mista” de uma teoria histórica da referência proposta por Donnellan, como que um descritivismo causal.

Retomando brevemente, o descritivismo é uma teoria tanto do significado quanto da referência de NP, essa última tratando de fatos individuadores capazes de determinar propriedades de objetos, mas sendo contestada pelo argumento semântico de Kripke, através do qual um falante ignorante é capaz de se referir com sucesso. Essa objeção abre caminho para uma teoria da referência, antes circunscrita ao significado, cuja tentativa de Andrea Bianchi trouxe problemas suscitados por Jessica Pepp. É aí que Sagid retoma a teoria de Devitt para fixação e difusão do referente, no esquema objeto => C1 => sujeitos => C2 => falantes. C1: batismo por ostensão como condição suficiente para explicar como falantes podem introduzir nomes sem conhecimento de fato individuador. C2: fenômeno da difusão social que depende dos usuários anteriores.

Embora a explicação de C1 levante problemas, ainda pode ser considerada satisfatória, já para C2 é necessário explicar qual o tipo de elo causal entre o falante e quem introduziu o nome, isto é, qual o fundamento da cópia. Devitt simplifica e citemos, por meio de Sagid:

“Em uma situação de batismo (C1): um sujeito S percebe um objeto X e, devido a uma relação causal que lhe permite perceber X, ele pode atribuir um nome N a X. Ao fazer isto, S ganha a habilidade de usar N para se referir a X. Em uma situação de empréstimo (C2): ao ouvir (ler, etc.) S1 proferir N para se referir a X, um sujeito S2 pode, devido a uma relação com S1 (de ouvir, ler, etc. o proferimento de S1), adquirir a habilidade de usar N para se referir a X.”.

Nesse sentido, é suficiente a relação de habilidade de S2 com a habilidade de S1 em que o elo causal pode, por exemplo, ser ouvir.[ix] Como se trata de habilidades, evita-se o problema da cópia de ocorrências de Bianchi. Lembremos que, pela teoria de Bianchi, o uso de nomes como repetições suscitava a questão da referência por um papagaio, mas na linguagem temos “ações referenciais”, não repetição. Já para Devitt é uma habilidade.

Então, já que o elo não é necessário o nome pode ser introduzido por meio de uma descrição definida, como no caso de “o inventor do zíper” – e algo que unifica e permite a referência sem uma conexão causal. No caso de C2, a

referência não depende dele e ele também não é necessário como um todo, mas para seu por empréstimo deve haver uma cadeia causal de difusão do nome[x].

Em vista disso, as teorias causais são históricas porque dependem do histórico de usos bem feitos. Porém, Donnellan apresenta uma teoria histórica, mas que não é causal pois, mostra Sagid, “o uso do NPA é aquele que entra na explicação histórica correta do NPA.” Sagid esclarece postulando um [fictício] \_observador universal da história\_ que permite traçar uma linha de referência dos usos que chegam no batismo e encontram A, isto é, a explicação histórica remete ao indivíduo particular encontrado pelo \_ouh\_, apesar de que essa teoria não deixa claro quais são os elos.

Crítico do descritivismo, Donnellan pleiteia uma tese positiva que traz o referente na origem e uma tese negativa sobre a referência, ao descartar qualquer fato individuador como elo da cadeia. Apesar disso, há uma corrente descritivista que se apropria de Donnellan para inseri-lo em um descritivismo causal através do qual é o fato individuador que valida a tomada de empréstimo do nome, quando na cadeia de usos do nome próprio, como se fosse um descritivismo causal auto consciente.

Por fim, conclui Sagid, a teoria causal traz inovações como a separação entre a introdução e difusão dos nomes próprios, além de enfatizar que a referência é um fenômeno social, já que seu sucesso não depende somente de um falante, como pleiteou Donnellan com a noção de que a cadeia deve “correr bem” na comunidade linguística. Por outro lado, o aspecto social não é relegado pelo descritivismo, chegando mesmo a apontar para a cadeia de usos e invalida uma suposta crítica de Kripke de que o descritivismo seria um fenômeno privado ao satisfazer determinada descrição.

\* \* \*

[i] Recortes feitos das aulas 17 e 18 do professor Sagid Salles disponíveis no Youtube. \_Curso IF - Filosofia da Linguagem\_ :  
[[https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi\\_DATFyS](https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi_DATFyS)]([https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi\\_DATFyS](https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi_DATFyS)).

[ii] \_Naming and Necessity\_ (1972).

[iii] Lembrar toda a discussão de irrefutabilidade. Ver discussão:  
[<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2020/11/quine-e-os-problemas-do-positivismo.html>](<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2020/11/quine-e-os-problemas-do-positivismo.html>).

problemas-do-positivismo.html). Sagid traz o exemplo do dragão invisível caracterizado por Sagan, que postulava um dragão invisível que sempre possibilitava uma resposta a qualquer objeção.

[iv] \_Designation\_ (1981).

[v] Sagid exemplifica que, mesmo se alguém fizer uma cópia de uma xérox que tirei da capa de um livro onde estava escrito Aristóteles, aí temos que todos nos referimos ao livro, e assim etc.

[vi] Ver adaptação livre:

[<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2022/08/papagaio.html>](<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2022/08/papagaio.html>).

[vii] As referências de Sagid nas aulas remetem a seu livro \_Como os nomes nomeiam: um passeio filosófico sobre a referência\_. Sagid Salles – Pelotas: NEPFIL Online, 2020.

[viii] Gavagai? Sobre gavagai, falaremos:

[[https://criticanarede.com/lin\\_quine.html](https://criticanarede.com/lin_quine.html)]([https://criticanarede.com/lin\\_quine.html](https://criticanarede.com/lin_quine.html)).

[ix] Esse elo causal parece que justifica bem o uso de fontes em trabalhos acadêmicos, como que uma “transferência de responsabilidade” ou garantia.

[x] Ou, conforme cita Sagid, em uma difusão de informações associadas ao nome.

## **Argumentos contrários ao descritivismo - 28/02/2023**

\_Argumentação de Kripke contra o descritivismo: um caminho para a volta do referencialismo em nova roupagem\*\*[i]\*\*\_

Se as teorias descritivistas de nomes (clássica, agregados), pelas quais o significado de um nome é o significado da descrição (particular, complexa) associada ao nome, são mais completas que o referencialismo, já que explicam também a referência (objeto que a descrição aponta), elas também trazem objeções de Kripke que são abordadas por Sagid, conforme sinapses abaixo. As duas primeiras colocam em dúvida a teoria descritivista do significado (a mais importante sendo a segunda, segundo Sagid) e, a última, a teoria descritivista da referência.

**\*\*Argumento modal\*\*.** Segundo esse argumento, nomes não são equivalentes a descrições pois se comportam de maneira diferente em contextos modais, que são aqueles que envolvem possibilidade e necessidade. Supondo o NP “Aristóteles” (A) e a DD “o fundador da lógica formal” (oflf) temos de 1.) "Se Aristóteles existe, então Aristóteles é Aristóteles", algo que não falha, a derivação X.) "Se Aristóteles existe, então Aristóteles é \_\_\_\_". Atribuindo a DD, postula-se 2.) "Se Aristóteles existe, então Aristóteles é oflf", algo que não é necessariamente verdadeiro, mas que, para o descritivismo clássico, teria o mesmo significado (1 e 2). Entretanto, Aristóteles poderia ter existido e não ter fundado a lógica formal.

Ora, se 1.) é necessariamente verdadeiro e 2.) é uma verdade contingente, então não podem ter o mesmo significado. 1.) e 2.) tem a mesma estrutura, diferindo pela última ocorrência de Aristóteles que, ao ser substituída pela descrição definida, acarreta a diferença de significado. Por isso, o nome próprio não é equivalente à descrição definida dele e, não só, mas por nenhuma descrição e o argumento se generaliza[ii].

**\*\*Mundos possíveis\*\*.** O argumento modal de Kripke se vale do conceito moderno de “mundo possível”[iii][iv], isto é, do modo como o universo é, por exemplo, o fato de que “este mundo é tal que eu sou computeiro” mas, o mundo poderia ser diferente e eu poderia ser um filósofo. Se há muitos modos, cada modo é um mundo possível, assim como esse mundo, agora, é um mundo possível[v]. Daí que \_é possível\_ algo que é o caso em \_pelo menos um\_ mundo possível e \_é necessário\_ algo que é o caso em \_todos\_ os mundos possíveis. Esse conceito pressupõe coisas do tipo “Gosto de filosofia em pelo menos um mundo possível”, mas “é necessário que  $2 + 2 = 4$ ”, algo que vale em todos os mundos possíveis.

**\*\*Designador rígido\*\*.** Retomemos 1.) "Se A existe, então A é A" e 2.) "Se A existe, então A é oflf". Pleiteia-se que 1.) é necessário, já que é verdadeiro em todos os mundos possíveis e 2.) não é necessário já que é verdadeiro em alguns mundos possíveis, isto é, contingentemente verdadeiro. Quer dizer, o valor de verdade de 1.) é constante de mundo para mundo, do que Kripke tira, segundo Sagid, que, como o referente do NP é constante, ele é um designador rígido, e como o referente da DD varia, ela é um designador flácido.

3.) “O flf é um homem” é verdade no nosso mundo, mas em outro poderia ser uma mulher. Como o referente da descrição definida se altera de mundo para mundo, então o valor de verdade de 3.) varia. Já 4.) “Aristóteles é um homem” marca o referente em todos os mundos, já que podemos verificar se Aristóteles é um homem, mas não precisamos procurar o referente. Embora Aristóteles pudesse ter tido outro nome, uma vez que A nesse mundo atual seria A em todos os mundos,

já que A seleciona sempre o mesmo indivíduo. Ao falarmos de A, sempre falamos de Aristóteles.

Sagid define o designador rígido como “Um termo T é rígido se, e somente se, designa o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis onde ele existe”. Já o designador flácido é assim definido: “Um termo T é flácido se, e somente se, não é rígido.”. Então, o argumento modal versa que nomes próprios são designadores rígidos, mas as descrições definidas associadas a eles normalmente não são designadores rígidos. E os designadores rígidos não têm o mesmo significado que os designadores não rígidos. Portanto, nomes próprios e designações definidas se comportam de maneira diferente em contextos modais e, por isso, seus significados são diferentes.

**\*\*Argumento epistemológico\*\*.** Assim como o argumento modal, o argumento epistemológico procura refutar a teoria descritivista do \_significado\_ dos nomes próprios. Para o argumento epistemológico, nomes e descrições não são equivalentes, isto é, não tem o mesmo significado porque se comportam de maneira diferente em contextos epistêmicos, que são aqueles que envolvem crença e conhecimento.

Novamente, dados o NP A e a DD oflf temos, pelo descritivismo, que são equivalentes. Podemos generalizar 5.) “João sabe que A é A” em Y.) “João sabe que A é \_\_\_\_\_” e derivar 6.) “João sabe que A é oflf”. Pelo princípio da composicionalidade, como sabemos, o significado de uma frase é dado pela sua estrutura e o significado das partes. Ora, 5.) e 6.) tem a mesma estrutura, mas suas partes não parecem ter o mesmo significado já que 5.) é um conhecimento trivial (a priori e, portanto, verdadeiro) e 6.) poderia ser falso, o que faz com que o NP e a DD não tenham o mesmo significado.

Como no caso do argumento modal, aqui também podemos generalizar e, para qualquer descrição definida poder-se-ia dar o caso e, por conseguinte, o significado de A não ser dado por nenhuma descrição definida associada a ele. O mesmo vale para o complexo de descrições pois também pode dar-se o caso de o ouvinte não saber das descrições relevantes, posto que é uma crença difícil de ser atribuída a alguém.

Há o truque de associar 5.) e 6.) formando 7.) “João sabe que o oflf é oflf”, isto é, substituindo todas as ocorrências do NP e aí seria também uma sentença trivial, como 5.). Assim sendo, 7.) não parece ter o mesmo significado de 6.), isto é, 7.) é V e 6.) é F. Também poderia ser argumentado que a objeção é válida, mas não quando é aquela descrição que fixa o nome. Porém se é o caso exatamente da descrição que associa o nome, então Russell diria que são equivalentes (NP ~ DD)[vi].

Mas, de fato, pode dar-se o caso de serem equivalentes. Porém, Sagid ressalta outro problema, o de falantes que podem significar coisas diferentes quando significam um nome, que é o caso de “A é legal” significando “O flf é legal” ou “O am é legal” (am abreviando o autor da metafísica), dependendo do falante, algo que a teoria dos agregados poderia tentar resolver com a descrição complexa da comunidade, mas que ainda assim poderia diferir da de um falante qualquer, como já vimos.[vii]

**\*\*Argumento semântico\*\***[viii]\*\*\*\*. Já o argumento semântico, por seu turno, tocará na referência alegando que é verdade que o referente é dado pela descrição, mas não é verdade que o significado do nome é dado pelo significado da descrição. Dados o NP A e a DD oflf temos que o referente do NP é dado pelo referente da DD já que é ela que o fixa. Se a DD não tiver referente ou tiver mais que um referente, o NP falha em se referir, mas se houver um e apenas um objeto que possui a propriedade indicada, então esse indivíduo é o referente.

**\*\*Fato individuador\*\***. Ora, se A tem referente é porque se sabe que ele é oflf, há uma crença verdadeira, isto é, se há referente, o usuário do NP sabe que há referente. Por conseguinte, segundo Strawson, tem-se conhecimento de um fato individuador acerca de A: o fato de ser oflf. Sabe-se que A é o único indivíduo a possuir a propriedade de ter sido oflf. Esse fato singulariza, diferencia A do resto dos indivíduos. E, continua Sagid, o conhecimento de um fato individuador é um conhecimento discriminatório, que permite identificar o indivíduo.

O sucesso em se referir provém do conhecimento de um fato individuador que é considerado uma condição de necessária, embora possam haver outros conhecimentos discriminatórios, conforme sugerido por Strawson, como a percepção. Entretanto, para o descritivismo, são as descrições definidas que permitem o conhecimento de fatos individuadores. O flf é algo só de A, mas ele primeiro seleciona o indivíduo e depois usa o nome. Primeiro a DD e depois o NP.

**\*\*Falante ignorante\*\***. O argumento semântico pressupõe o falante ignorante, que não conhece um fato individuador acerca de algo e se enuncia como:

(P1) Se o descritivismo está correto, então não existem casos nos quais um falante ignorante acerca do referente de um nome consegue se referir a algo através do nome.

(P2) Todavia, existem casos nos quais falantes ignorantes têm sucesso em se referir a algo através de nomes.

(C) Logo, o descritivismo é falso.

Se P1 é o requisito epistêmico, P2 é verdadeiro?

A argumentação de Kripke vai no seguinte sentido, tematizado por Sagid e por nós apropriado, como todo o resto das postagens do curso do IF: Joãozinho vai a aula e escuta do professor “Newton foi mestre de Platão”. Chegando em casa, Joãozinho diz: “Pai, o Newton foi m de P” e aquele responde: “Não, não foi”. Ora, o exemplo mostra que, mesmo dizendo uma falsidade sobre Newton, ele teve sucesso em se referir, mesmo sem conhecer um fato individuador. Agora vejamos o exemplo de Donnellan: os pais estão com uma criança em uma festa e ela dorme. Enquanto isso, os pais encontram Tom e ela abre o olho, diz “oi” e dorme novamente. No outro dia, a criança fala: “Tom é legal”. De novo, ela não conhece um fato individuador e até poderia ter mais de um Tom na festa, mas ela se referiu a Tom.

Entretanto, Sagid aponta para uma supervalorização do argumento, como que somente a pergunta “Quem é Aristóteles?” (que uma criança faz a despeito da conversa de seus pais) já serviria para argumentar que foi feita a referência, mesmo sem que nada se saiba sobre Aristóteles. Então, se a objeção é importante, deve ser usada sem exageros e indeterminações, como pensar que o argumento semântico fosse capaz de pleitear uma tese mais forte e mostrar que falantes \_completamente\_ ignorantes são capazes de se referir. Ocorre que a pergunta “Quem foi Aristóteles?” pode mostrar que o falante pode não ser tão ignorante pois há o fato individuador que é o fato de que A é a pessoa sobre quem os pais estão falando. E o fato de ouvirmos a frase “Maria é legal” não sugere que conhecemos Maria e que se pode defender a tese forte, pois se nos perguntassem “Quem é Maria?”, diríamos “Não sei” e ficaria difícil, depois disso, afirmar que ela é legal, o que corrobora o insucesso referencial.

Dito isto, o quadro atual é:

- 1.) teoria referencialista: o significado é a referência – levanta 3 enigmas que podem ser solucionados pela:
- 2.) teoria descritivista (clássica ou agregados): significado do nome é significado da descrição e referência do nome é referência da descrição – levanta as 3 objeções que descrevemos que poderiam ser resolvidas pela:
- 3.) teoria causal da referência, que é uma teoria da referência que se soma ao referencialismo, que é uma teoria referencialista do significado.



\* \* \*

[i] Recortes feitos das aulas 14, 15 e 16 do professor Sagid Salles disponíveis no Youtube. \_Curso IF - Filosofia da Linguagem\_ :  
[[https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi\\_DATFyS](https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi_DATFyS)]([https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi\\_DATFyS](https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi_DATFyS)).

[ii] O fato de Aristóteles poder ter morrido meses depois de nascer, o que o deixaria despido de descrições, não me soa convincente, senão que de muito mal gosto.

[iii] Ver [<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2014/05/mundos-possiveis.html>](<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2014/05/mundos-possiveis.html>).

[iv] Ref. de Sagid:  
[[https://criticanarede.com/fil\\_essencialismo.html](https://criticanarede.com/fil_essencialismo.html)]([https://criticanarede.com/fil\\_essencialismo.html](https://criticanarede.com/fil_essencialismo.html)):

Essencialismo Naturalizado: Aspectos da Metafísica da Modalidade

[v] Há uma extrapolação metafísico-realista do argumento que versa que cada mundo possível existe na realidade. Sobre isso, ver episódio “#12 - RICARDO SANTOS - SAUL KRIPKE: (O NOMEAR E A NECESSIDADE)”:  
[[https://www.youtube.com/watch?v=Mk5toR26ESE&ab\\_channel=FILOSOFIASer%26Pensar](https://www.youtube.com/watch?v=Mk5toR26ESE&ab_channel=FILOSOFIASer%26Pensar)]([https://www.youtube.com/watch?v=Mk5toR26ESE&ab\\_channel=FILOSOFIASer%26Pensar](https://www.youtube.com/watch?v=Mk5toR26ESE&ab_channel=FILOSOFIASer%26Pensar))

[vi] Mas deveria ser conhecida por todos?

[vii] Sagid ainda aponta para um descritivismo da referência, de Frank Jackson, que podemos investigar posteriormente.

[viii] Atribuído a Kripke e Donnellan, de acordo com Sagid.

## Descritivismo - 09/02/2023

\_Aborda o descritivismo clássico, a teoria dos agregados e como o descritivismo resolve três dos enigmas deixados sem resposta pelo referencialismo\*\*[i]\*\*\_

**\*\*Introdução\*\***. Conforme vimos no último fichamento, o enigma de Frege, que dá origem à teoria da referência indireta, introduz o sentido do nome próprio, mas não o explica. O que Sagid vai nos mostrar é que, pressupondo a teoria das descrições definidas de Russell, a teoria descritivista dos nomes próprios irá clarificar esse conceito fregeano, além de propor explicações tanto para o significado quanto para a referência.

**\*\*Descritivismo clássico\*\***. O descritivismo é uma família de teorias da referência que explicam o significado e/ou a referência dos nomes em termos do significado e/ou referência das descrições definidas daqueles nomes. Primeiro, o descritivismo explica o significado dos nomes em termos do significado das descrições e, depois, explica a referência dos nomes em termos do significado das descrições.

O descritivismo clássico é, então, uma versão de teoria da referência indireta oriunda de Frege e Russell. Nela, um falante associa uma descrição definida a um nome próprio e é o significado dessa descrição que é o significado daquele nome próprio. E, também, o significado dessa descrição seleciona um objeto que é o referente daquele nome próprio.

**\*\*Teoria das descrições definidas de Russell\*\***. Conforme continua Sagid, uma descrição definida é uma expressão da forma “o F” ou “a F”, isto é, são expressões antecedidas pelos artigos “o”, “a”, por exemplo: “a rainha da Inglaterra”, “a pessoa mais alta do planeta”. O uso das descrições definidas faz com que uma afirmação como 1.) deva ser interpretada por uma afirmação como 2.), qual seja, alguém que diz 1.), na verdade está dizendo 2.), tomando 1.) por “N é G” e 2.) por “O F é G”.

Isso posto, quando digo 3.) “Aristóteles é um filósofo”, estou dizendo 4.) “O fundador da lógica formal é um filósofo”, já que, conforme enunciado, é a descrição que o falante associa ao nome próprio que fornece o significado do nome. Isso reduz o problema do significado dos nomes ao problema do significado das descrições, esse último sendo tratado pela teoria russelliana.

Ocorre que o significado de uma descrição definida não é tomado isoladamente, mas por um método de análise contextual que interpreta o significado de expressões no contexto completo das frases em que elas ocorrem. Para explicar

o significado de expressões subfrásicas, como NP ou DD[ii], podemos nos valer do princípio da composicionalidade e verificar qual a contribuição delas na frase. Então, não se explica “o fundador da lógica formal”, mas “o fundador da lógica formal é sábio” – dentro de um contexto, sobre o que é dito.

Pela teoria das descrições definidas de Russell, 2.) “O F é G” é analisada como 2’.) “Existe um e apenas um F e quem quer que seja F é G”. 2.) é analisada por uma cláusula de existência, outra de unicidade e, por fim, a predicação. Dado 4.) “O fundador da lógica formal é um filósofo”, ela será analisada como 4’.) “Existe um e apenas um fundador da lógica formal, e ele é um filósofo.[iii] Ressalta Sagid que esse método de análise é usado para determinar o significado de uma descrição definida, pois permite determinar como ela contribui para a frase em que ocorre, pelo que é dito pela frase. O método também explica quem é o referente e como é determinado, pois é o único objeto que satisfaz a descrição, que possui a propriedade indicada pela descrição. Já se a descrição não aponta para nenhum objeto que a satisfaça, então não tem referente. Tenha zero ou muitos objetos, a descrição falha em se referir, é vazia. A tabela abaixo indica como a teoria resolve os problemas propostos por Sagid.

**\*\*Problema\*\*\*\*\* | \*\*Descritivo\*\*\*\*\* | \*\*Fundacional\*\*\*\*\***

---|---|---

Referência | Qual referente da descrição definida? | Em virtude de quais fatos uma descrição definida se refere ao que se refere?

Resposta | O objeto que satisfaz a descrição definida. | Uma descrição definida se refere ao que se refere em virtude de o objeto ser o único a possuir a propriedade apontada por ela.

**\*\*Teoria descritivista dos nomes\*\*.** Do que foi dito, o significado do nome próprio é o significado da descrição definida que o falante associa a ele. A respeito do problema descritivista do significado dos nomes próprios, o significado do nome próprio é o significado da descrição associada a ele. Exemplificando, qual o significado de Aristóteles? É o significado da descrição “o fundador da lógica formal” que o falante associa a ele. Já o significado de “o fundador da lógica formal” é dado pela teoria de Russell. De “Aristóteles é um filósofo”, extraio “O fundador da lógica formal é um filósofo” e, com a contribuição de Russell: “Existe um e apenas um fundador da lógica formal e ele é um filósofo”.

Já sobre o problema fundacional, Aristóteles significa o que ele significa em virtude de ele ser associado à descrição que lhe é associada, que ele satisfaz. Em outras palavras, Aristóteles tem o significado que tem em virtude

da descrição que ele está associado ter o significado que ela tem.

Se a teoria referencialista dos nomes próprios explica o significado dos nomes, ela não explica a referência. Já a teoria descritivista o faz, dizendo que o problema descritivo da referência pode ser enunciado como: o referente de determinado nome é o objeto que satisfaz a descrição definida associada ao nome. Já ao problema fundacional da referência, que se pergunta sobre quais fatos, o descritivismo diz que o nome próprio se refere ao que se refere em virtude deste objeto satisfazer a descrição associada a ele.

Isto é, o descritivismo explica o sentido e como ele determina o referente. Se o significado do nome é o significado da descrição definida associada, o sentido do nome é o sentido da descrição definida associada. Mas como ele determina o referente? A partir do momento em que o significado da descrição definida impõe certas condições no mundo que apenas um objeto satisfaz, ou seja, as cláusulas de existência, unicidade e predicação. Não obstante, o nome próprio pode ter sentido, mas não referente, na medida em que seu sentido é dado pela descrição, mas ninguém a satisfaz, que é quando o sentido aponta para nada[iv].

**\*\*Teoria dos agregados\*\*.** O descritivismo clássico, enquanto uma teoria da referência indireta, isto é, quando a referência é parcialmente determinada pelo significado do nome, se debruça sobre uma descrição definida particular que um falante associa ao nome. Ocorre que, pode ser que um falante associe muitas descrições a um nome, o que levanta a pergunta sobre por que apenas uma delas fixa o referente do nome, se alguma é a mais importante. Uma possível resposta é a de que vale a descrição que o falante tem em mente quando usa o nome, embora muitas vezes não pensemos em uma descrição ao usar um nome.

Por outro lado, diferentes falantes podem associar diferentes descrições a um mesmo nome, o que poderia ter a consequência de serem diferentes significados, embora consigamos entender a mesma coisa. Ora, Sagid traz casos de desacordo como “Aristóteles é inteligente” e “Aristóteles não é inteligente” que, se aparentemente são contraditórios, podem estar simultaneamente certos se o primeiro signifique que “O fundador da lógica formal é inteligente” e o segundo que “O autor da metafísica não é inteligente”. Ou seja, diferentes falantes, ao fixar a referência com diferentes descrições, podem estar atribuindo diferentes significados.

Posto isso, Searle irá rejeitar que o significado do nome é dado por uma descrição particular, mas por um agregado de descrições que permitam determinar o objeto. Se podem haver muitas, não são todas, senão bastaria que uma não fosse satisfeita para invalidar o significado. Não sendo todas, Searle

postula um número suficiente, mas que também é vago, pois difícil de mensurar, mas que também não seja superado por um outro objeto que satisfaça tais descrições em número maior. Também, dirá Searle, não é necessário especificar quais descrições devem ser verdadeiras para que um indivíduo seja o referente de determinado nome próprio.

Aplicando a teoria dos agregados, temos que o significado de “Aristóteles é um filósofo” é dado por “O indivíduo acerca do qual um número suficiente, vago e não especificado das afirmações: ele é d1, ele é d2, ..., ele é dN, são verdadeiras é também um filósofo”. Resumindo, o significado do nome próprio vem da descrição completa daquele nome. O que pode significar: “O indivíduo acerca do qual um número suficiente, vago e não especificado das afirmações: ele é o fundador da lógica formal, ele é o autor da metafísica, ele é o discípulo mais inteligente de Platão e etc., são verdadeiras é também um filósofo”. E os problemas são resolvidos como abaixo:

**\*\*Problema\*\*\*\*\* | \*\*Descritivo\*\*\*\*\* | \*\*Fundacional\*\*\*\*\***

---|---|---

Significado | O significado do nome próprio é o significado da descrição complexa que o determina. | O nome próprio tem o significado que tem em virtude de a descrição complexa ter o significado que tem.

Referência | O referente de um nome próprio é o indivíduo cujo significado é o referente da descrição complexa associada a ele. | O nome próprio se refere a que se refere em virtude da descrição complexa associada a ele se referir ao que se refere.

Dessa maneira, a teoria dos agregados evita o problema do descritivismo clássico, já que não há uma descrição especial para o nome, mas o que importa é o agregado. Acontece que podemos extrapolar o caso e falantes diferentes pode ter um agregado que seja diferente e produza diferentes significados. Nesse caso, lança-se mão do agregado da comunidade linguística em oposição ao agregado de cada falante[v].

Conclui-se que, a referência direta vai pleitear que seja lá como for que o referente do nome é determinado, ele não é determinado pelo significado, ao passo que, pela referência indireta, o referente é parcialmente determinado pelo significado do nome, e é essa teoria que vai resolver os enigmas apresentados.

**\*\*Solução do descritivismo para nomes vazios\*\*.** Como sabemos, para o referencialismo, o significado de um nome próprio é o próprio referente, o objeto e, se ele falha, se o referente é vazio, o nome não tem significado. Já

para o descritivismo, mesmo que o nome próprio a nada se refira, ainda tem significado, visto que é dado pelo significado da descrição. Dado que 5.) “Papai Noel é legal”, o significado do nome “Papai Noel” é dado pelo significado da descrição definida “o bom velhinho”, o que resulta em 6.) “O bom velhinho é legal” e, aplicando a teoria de Russell tem-se que 6’.) “Existe um e no máximo um bom velhinho e ele é legal”. Porém, se é o caso que Papai Noel não existe, a afirmação é falsa e, portanto, dotada de significado.[vi]

Ainda assim, se temos a impressão que Papai Noel é legal, é justamente porque o descritivismo trata esse proferimento como falso porque Papai não existe e não porque ele não seja legal. Nesse caso, ainda poderíamos recorrer ao faz de conta para dizer que Papai Noel é legal “lá”, muito embora tal proferimento seja literalmente falso. Para o descritivista, seria possível usar “Papai Noel” em certos contextos[vii].

**\*\*Solução do descritivismo para existenciais negativas\*\*.** O proferimento 7.) “Papai Noel não existe”, conforme já vimos pela nota anterior, se é verdadeiro, tem significado e, conseqüentemente, cada parte tem significado. Isso leva ao paradoxo de que o significado de “Papai Noel” é seu referente, que é o próprio Papai Noel e, nesse caso, existe. Agora, se tomarmos a frase pela descrição “O bom velhinho não existe”, teremos 7’.) “É falso que existe um e apenas um bom velhinho” que é verdadeira sem termos que recorrer a nenhuma ontologia, como a de Meinong.

Isso posto, o descritivista não usa o faz de conta para o problema de Vulcano, já que oriundo de fato real e científico. Aqui, de 8.) “Vulcano não existe” se extrai 8’.) “É falso que existe um e apenas um planeta causando anomalias na órbita de Mercúrio” – afirmação literalmente verdadeira e que evita que cientistas tratem do faz de conta.

**\*\*Solução do descritivismo para o enigma de Frege\*\*.** Simplificando o exemplo de Sagid, temos as frases 9.) “Anitta é Anitta” e 10.) “Anitta é Larissa” que, pela teoria referencialista, associam o significado do nome ao objeto referido. Visto que, pelo princípio da composicionalidade, tem a mesma estrutura, mas apresentam nomes diferentes que são correferenciais, esses nomes deveriam ter o mesmo significado, o que parece implausível em razão de possuírem uma diferença de conteúdo informativo.

Seja a descrição de Anitta “a cantora de funk mais famosa” e a de Larissa “a cantora preferida do Sagid”, as frases ficariam 9’.) “A cantora de funk mais famosa é a cantora de funk mais famosa” e 10’.) “A cantora de funk mais famosa é a cantora preferida do Sagid”. 9’.) apresenta o mesmo objeto do mesmo modo e 10’.) são duas formas diferentes de apresentar o objeto por duas descrições,

portanto de caráter informativo. Então o descritivismo explica o sentido fregeano, já que o sentido do nome é o sentido da descrição definida.

**\*\*Solução do descritivismo para o princípio da substitutividade.\*\*** Por fim, temos que o princípio da substitutividade falha para o referencialismo, já que ele deveria admitir como universalmente válido que a substituição de um nome próprio por outro nome próprio correferencial não altera o valor de verdade da proposição. Entretanto, se em 9.) e 10.) a substituição se aplica e são verdadeiras, há contextos que são referencialmente opacos como os contextos de crença como em 11.) “Maria acredita que Anitta é Anitta” e 12.) “Maria acredita que Anitta é Larissa”. Em situações como essa, a substituição altera o valor de verdade das proposições e o princípio falha, pois Maria certamente sabe de 11.) mas pode não saber de 12.). Entretanto, derivando para o descritivismo, 11’.) “Maria acredita que a cantora de funk mais famosa é a cantora de funk mais famosa” e 12’.) “Maria acredita que a cantora de funk mais famosa é a cantora preferida do Sagid”, tem o mesmo valor de verdade, já que tem o mesmo referente.

\* \* \*

[i] Recortes feitos das aulas 11, 12 e 13 do professor Sagid Salles disponíveis no Youtube. \_Curso IF - Filosofia da Linguagem\_ :  
[[https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi\\_DATFyS](https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi_DATFyS)]([https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi\\_DATFyS](https://www.youtube.com/playlist?list=PLb6DzdXIOv4EtJpTp1G9kThcOi_DATFyS)).

[ii] Nomes próprios ou descrições definidas.

[iii] Sagid cita brevemente o uso atributivo de Keith Donnellan, mas não o aprofunda. Sobre ele falaremos.

[iv] Além disso, Sagid ressalta que, para Searle, o descritivismo aporta 2 fatos alegados sobre o nome próprio: ensinar um nome é introduzir o nome com uma descrição, e aprender a usar o nome é ser introduzido ao nome junto com a descrição. Ao ouvir coisas sobre “Maria”, como “Maria X” ou “Maria Y”, podemos nos perguntar, “Quem é Maria?”. A resposta “É a moça mais inteligente da sala” nos ensina quem é Maria e como usar seu nome.

[v] Sagid cita a solução de Claudio Costa que seria de descrições enciclopédicas.

[vi] Aqui [<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2023/01/np->

pn.html](https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2023/01/np-pn.html) falamos de Papai Noel.

[vii] Ver

[https://criticanarede.com/logicaficcional.html](https://criticanarede.com/logicaficcional.html):

\_O estatuto lógico do discurso ficcional\_ \- John R. Searle. Tradução de Vítor Guerreiro.

## **a linguagem e a velha dualidade - 08/02/2023**

[escuta](https://drive.google.com/file/d/1Ed8gyaYDafhsfBAcTlyTgfzvdXdYN7ce/view?usp=drivesdk)

## **Substituição de nomes: um problema para a teoria referencialista do significado - 17/01/2023**

\_Trata de dois enigmas que a teoria referencialista do significado para nomes deve responder: o puzzle de Frege e o paradoxo da substitutividade\*\*[i]\*\*\_

Tomemos as frases 1.) “Héspero é Héspero” e 2.) “Héspero é Eósforo”, que tratam de Héspero, a estrela da tarde e de Eósforo a estrela da manhã. Entretanto, como já vimos algumas vezes neste espaço, as duas frases são correferenciais, isto é, se referem a Vênus. Pelo princípio da composicionalidade, também já visto, o significado de uma frase depende de sua estrutura e do significado de cada parte. Se aplicado às duas asserções iniciais, vemos que elas possuem a mesma estrutura, já que são afirmações de identidade e têm por significado de cada parte um nome, que é seu referente.

Para o referencialista, então, Héspero e Eósforo se referem a Vênus e têm o mesmo significado. Porém, notou Frege, há uma diferença entre as asserções de identidade: a primeira é trivial, mas a segunda é informacional, ou seja, a segunda informa algo novo[ii]. Mas, como o referencialista poderia explicar que as duas sentenças têm o mesmo significado, mas somente a segunda é



informativa?

Tomemos outro par de afirmações de identidade proposto por Sagid: 3.) “Anitta é Anitta” e 4.) “Anitta é Larissa de Macedo Machado”. Do mesmo modo, são expressões correferenciais e, portanto, para o referencialista significam a mesma coisa, mas, como explicar a diferença de informatividade? É aí que entra a solução fregeana: a questão só pode ser explicada se o significado do nome próprio for diferente do referente do nome próprio, então, os pares 1.) - 2.) e 3.) - 4.) não significam a mesma coisa, apesar do mesmo referente.

Para Frege, o significado é o modo de apresentação do referente e cada significado apresenta o referente de um certo modo. Em 1.), por exemplo, o objeto é apresentado da mesma forma duas vezes, já em 2.), o objeto é apresentado de dois modos diferentes. O significado ou modo de apresentação do referente é o sentido e é ele que determina o referente, embora ele possa falhar, quando uma asserção tenha sentido, mas não referente, como é o caso de Papai Noel e Vulcano[iii].

A abordagem de Frege trata o sentido da expressão como algo que é compreendido. Quanto entendemos algo, entendemos o seu significado. Esse significado é objetivo e, já que compreendido por muitas pessoas, é intersubjetivo e entendido mesmo quando não há referência. Todavia, Frege não deixa clado o que é o sentido, apesar de tê-lo caracterizado como um modo de apresentação do referente, como sendo aquele que determina ou aponta o referente, e que permite haver diferentes sentidos para o mesmo referente ou apontar para nenhum referente, de ser compreendido porque entendemos e de ser compreendido por todos. Sagid cita crítica de Evans a essa falta de clareza, inclusive certa incongruência ao tratar o sentido como aquele que apresenta o referente, mas ao mesmo tempo em que possa não haver referente. Não fica claro como o sentido determina ou seleciona o referente, embora Sagid deixe indicado que a teoria descritivista irá clarificar a ideia de sentido.

Sagid também mostra que, para Frege, a distinção entre sentido e referente vale para toda expressão linguística, não somente para o caso dos nomes próprios que estamos tratando. Logo, o sentido de uma frase é o pensamento expresso por ela, algo objetivo e que é entendido por nós. Além do mais, e o que soa estranho, uma frase completa pode ter um referente, que é o seu valor de verdade, seja ele verdadeiro ou falso. Segundo Sagid, Wittgenstein, no *Tractatus*, teria mostrado que o referente da frase é o fato, mas esse ponto poderá ser melhor clarificado pela teoria proposicional do significado.

Conclui-se, para o puzzle de Frege, que, se asserções de identidade têm o mesmo significado para o referencialista, ele não consegue explicar porque

algumas são informativas. Consequentemente, ele faz a distinção entre o sentido e a referência que elucida esse ponto e mesmo os das existenciais negativas, embora não tendo sido suficiente claro sobre qual mecanismo o sentido opera.

#### Enigma da substitutividade\*\*[iv]\*\*

Se o enigma de Frege soluciona casos da substituição de um nome próprio por outro, correferencial e que deixa o referencialista em apuros, ele permite concluir que a substituição, nesse caso, altera o significado da frase, mas não altera seu valor de verdade nas afirmações de identidade (“Anitta é Anitta” e “Anitta é Larissa...” têm o mesmo valor de verdade). Porém, em certos contextos, a substituição de um nome por outro pode alterar o seu valor de verdade, invalidando o princípio da substitutividade que deveria ser aceito pelo referencialista.

O princípio da substitutividade é citado por Sagid como: “A substituição de um nome próprio por outro nome próprio que seja correferencial não altera o valor de verdade da frase”[v]. Vejamos, as sentenças 5.) “Maria acredita que Anitta é Anitta” e 6.) “Maria acredita que Anitta é Larissa de Macedo Machado” tem o mesmo valor de verdade? Ora, em 5.) todos acreditam, mas em 6.) pode haver o caso em que muitos não saibam do fato ou mesmo o rejeitem. Por isso, 5.) seria verdadeiro e 6.) falso.

Do mesmo modo, poderíamos ter que, para o astrônomo João, lá na Grécia Antiga, 7.) “João deseja saber se Héspero é Héspero” e 8.) “João deseja saber se Héspero é Eósforo”. As duas asserções claramente violam o princípio da substitutividade já que claramente João sabe 7.), mas não sabe 8.).

Não obstante, Sagid explica que esses casos estão relacionados a certos contextos onde são usados conceitos de crença, conhecimento, desejo. São atitudes proposicionais da forma “Fulano acredita que”, “Beltrano sabe que”, etc. Uma proposição, como se sabe, é o significado de uma frase, e as atitudes proposicionais são aquelas relacionadas a uma proposição. Assim dizendo, para a proposição “A neve é branca” podemos acreditar, duvidar ou rejeitar. Segue-se que o princípio da substitutividade falha em alguns contextos ditos opacos.

Um contexto referencialmente transparente\_ é aquele em que a substituição de um nome próprio por outro nome próprio não altera o valor de verdade da proposição, já um contexto referencialmente opaco\_ é aquele contexto em que a substituição correferencial muda o valor de verdade. Tem-se que o referencialista não explica porque o princípio da substitutividade falha nos contextos referencialmente opacos.

Por fim, Sagid acena para a continuidade das aulas, dizendo que a teoria descritivista explica os três enigmas, a saber, ela da conta de explicar o significado de nomes vazios (sem referente), explicar o significado de afirmações de identidade e explicar a opacidade referencial. Além do que ela tornará mais clara a ideia de sentido usada por Frege para distinguir entre o significado e o referente, mas isso são cenas dos próximos capítulos.

\* \* \*

[i] Recortes das aulas 9 e 10, links:

<<https://www.youtube.com/watch?v=vs6h1RPf6yQ>> e

<[https://www.youtube.com/watch?v=\\_f\\_y78jeSEE](https://www.youtube.com/watch?v=_f_y78jeSEE)> CURSO IF, filosofia da linguagem do professor Sagid Salles.

[ii] Em outros termos (kantianos), a primeira é analítica e a segunda é sintética, conforme Sagid.

[iii] Ver texto: <<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2023/01/np-pn.html>>.

A solução fregeana também resolve esse caso, sem a necessidade de se recorrer a Meinong ou ao faz de conta.

[iv] Aqui entra a aula 10.

[v] Citação para nomes próprios, mas valeria para termos singulares e etc.

## O discurso mental de Thomas Hobbes - 16/01/2023

\_Mostra que há um discurso privado, mental, anterior ao discurso público no uso da linguagem pelos modernos\*\*[i]\*\*\_

Hacking se refere a Mill (1844) como ponto de partida no tratamento da linguagem, porém por “razões menores”, como a prevenção de erros ou destacando a importância das proposições. É um marco, posto que antes dele havia o predomínio das ideias que não estavam diretamente ligadas ao significado, conceito associado à análise da linguagem atualmente. Então, a linguagem, na modernidade, era importante, mas em outros termos.

Para Hobbes (1651), a fala era uma transferência do discurso mental ao verbal, cada discurso seguindo um fluxo separado. Mas, o fluxo do pensamento seria pré-linguístico, isto é, depois era verbalizado para que pudesse ser comunicado. Se, para Hobbes, era tarefa da linguagem comunicar pensamentos, Berkeley também enfatizava seu papel em despertar emoções e dissuadir ações, como que para despertar nossos pensamentos nos outros.

Portanto, no século XVII, havia uma preocupação em livrar o pensamento da linguagem que, pública, levaria ao erro. De um lado o discurso verbal que era usado para comunicação e, de outro, o pensamento verdadeiro, haja vista a proposição de Descartes de escrutinar as ideias. Hacking acredita que não havia uma teoria do significado naquele tempo, mas uma teoria da linguagem autodidata baseada no mental[i]. E também não acredita na divisão das teorias do significado, como a proposta por Alston, entre ideacional, referencial e comportamental.

Na teoria ideacional, o significado de uma palavra é a ideia em nossa mente que ela representa, isto é, quando proferimos uma frase nos referimos à ideia de algo, como um evento (um churrasco), etc. Na teoria referencial, o significado é o próprio evento e, no caso da comportamental, se verifica o que as pessoas fazem ao ouvir palavras. Hacking investiga com base nessas definições: Locke (40 anos depois de Hobbes), seria ideacionista? Para ele, as palavras são marcas sensíveis das ideias, são signos das ideias.

Para Hobbes, as palavras também são marcas ou signos e os nomes não são das coisas, mas há dificuldade de atribuir uma teoria do significado, pois, a definição de signo é outra. Aqui “significa” tem o sentido de “precede”, como uma nuvem carregada precede a chuva – é como que inferir o pensamento a partir do que é dito, não que ‘signifique’. Na verdade, segundo Hacking, Hobbes tanto poderia ser ideacionista como referencialista, pois uma palavra é dita depois de uma ideia e uma palavra produz (significa) no ouvinte um pensamento, mas ela realmente significa o que se refere[iii].

Hacking está enfatizando uma dificuldade de categorizar um discurso moderno sobre a linguagem, uma teoria do significado. Ele chega a aproximar Hobbes de Grice, uma teoria comportamental que seria a atual teoria intencional de Grice, quando o falante pretende que o ouvinte infira o significado do que é dito. Insere-se no campo da comunicação e intenção de comunicar. Portanto, ou Hobbes passou pelas três caracterizações em seus textos, ou ele não possuía uma teoria do significado, isto é, tinha outras preocupações, como uma teoria do pensamento.

Pensamento que é associado ao discurso mental, às ideias, ao passo que agora tratamos a linguagem de um jeito novo. E as palavras, que são signos das ideias, ideias estas que, no século XVII, queriam dizer algo que Hacking tentará explicar nos outros capítulos do livro. Por fim, ele ressalta que embora Hobbes seja reconhecido por sua teoria política, ele dá ênfase à natureza humana e à comunicação, já que o animal político é animal faltante. Analogamente, tanto indivíduos constituem um estado, quanto o discurso mental é constituído antes do discurso público.

\* \* \*

[i] HACKING, I. \_Por que a linguagem interessa à filosofia?\_ São Paulo: Editora Unesp, 1999. \_2\\_. O discurso mental de Thomas Hobbes\_ – p 23.

[ii] Aqui cabe lembrar que no idealismo de Berkeley não existia matéria, todos os existentes eram mentais.

[iii] Omitimos as citações a Hobbes, se é o caso referir ao original.

## NP PN - 07/01/2023

\_Trata do paradoxo das existenciais negativas singulares, um problema para a teoria referencialista do significado\*\*[i]\*\*\_

Conforme já dito[ii], para a teoria referencialista do significado o significado é o próprio objeto e, no caso dos nomes próprios, a pessoa referida. Ademais das objeções apontadas, Sagid aponta quatro desafios que essa teoria deve superar (quatro enigmas): substitutividade, terceiro excluído, existenciais negativas e enigma de Frege. Desses, será analisado agora o das existenciais negativas, particularmente, procurar-se-á saber se a frase “Papai Noel não existe” é verdadeira.

Ora, para os casos de pessoas, por exemplo, “Messi é argentino”, temos que a frase é verdadeira se Messi tem a propriedade de ser argentino. “Messi existe” ou “Messi não existe” também são frases que podem ter seu valor de verdade pela introdução de “Messi” no discurso e da referência a ele, mas a frase “Papai Noel não existe” é verdadeira ou falsa? A princípio, pelo senso comum,

ela parece ser verdadeira, porém, para ser verdadeira ela deve ser dotada de significado e, pelo princípio da composicionalidade, cada expressão dela deve ser verdadeira e dotada de significado. Então, o significado de “Papai Noel” é seu referente, mas quem é o referente de “Papai Noel”? É o próprio Papai Noel que, por consequência, existe, mas Papai Noel não existe, conforme enunciado inicial e, portanto, Papai Noel existe e não existe.

O paradoxo das existenciais negativas singulares pode ser formalizado pelas premissas que se seguem:

P1: “Papai Noel não existe” é verdadeira.

P2: Se “Papai Noel não existe” é verdadeira, então tem significado.

P3: Se “Papai Noel não existe” tem significado, então “Papai Noel” tem significado.

P4: O significado de “Papai Noel” é apenas seu referente, que é o próprio Papai Noel.

P5: Se o nome “Papai Noel” tem significado e seu significado é apenas seu referente, então Papai Noel existe.

P6: Se Papai Noel existe, então a frase “Papai Noel não existe” é falsa.

P7: A frase “Papai Noel não existe” é falsa.

\_Conclusão\_ : “Papai Noel não existe” é verdadeira e falsa

O paradoxo[iii] implica que a teoria referencialista do significado para nomes próprios não nega a existência de nada[iv]. Mas os referencialistas tentam resolver esse paradoxo de duas maneiras: rejeitando P1 ou rejeitando P5. Ao rejeitar P1, os referencialistas respondem que a frase “Papai Noel não existe” não é nem falsa e nem verdadeira, mas destituída de significado, como que se fosse um ruído. Mas isso é implausível porque a frase parece ter significado, nós a entendemos... E, por que não teria?

Uma saída, nessa argumentação, seria dizer que a frase “Papai Noel não existe” não tem significado literalmente, mas, se usarmos nossa imaginação, podemos fingir que Papai Noel existe ou não[v]. Porém, tratar as existenciais negativos em jogos de faz de conta não seria considerado um uso sério da linguagem, haja visto que até mesmo a ciência já fez uso de conjecturas, como no caso do planeta Vulcano postulado por Le Verrier[vi] e sua “não existência”

foi considerada uma importante descoberta científica. Ora, há uma parcela do discurso que não envolve o faz de conta e cria dificuldades para essa argumentação referencialista, posto que as pessoas não estavam fazendo de conta que Vulcano existia[vii], mas o mesmo era parte do discurso científico consensuado em determinado momento histórico.

Por outro lado, ao considerarmos P5 falsa, consideramos que mesmo que Papai Noel seja verdadeiro e tenha significado, ele não existe e, ainda assim, podemos falar sobre ele. Essa é a proposta de Meinong: embora intuitivamente pensemos que a realidade inclui somente o que existe, para ele, ela também inclui o que não existe e até podemos atribuir propriedades a objetos inexistentes como é o caso do cachimbo de Sherlock Holmes ou de um enunciado que diga que a montanha de ouro é feita de ouro. Resumindo, existem objetos inexistentes, como Pégaso, que é um cavalo alado, mas não existe.

Restaria, nessa tentativa de explicação referencialista, explicar o que são objetos inexistentes: onde eles residem? Qual a sua estrutura? Isso nos levaria a uma metafísica dos inexistentes que deveria versar sobre a natureza dos inexistentes para tornar o argumento plausível, o que certamente traria enorme contenda. Conclui-se que as duas alternativas referencialistas são implausíveis, seja considerar as existenciais negativas não dotadas de significado ou aceitar os inexistentes como existentes.

\* \* \*

[i] Recortes da \_Aula 08 - Paradoxo das existenciais negativas\_ \- CURSO IF, filosofia da linguagem do professor Sagid Salles:  
[[https://www.youtube.com/watch?v=\\_3GtmNZ-QRY&ab\\_channel=ThePhilosophersDAO](https://www.youtube.com/watch?v=_3GtmNZ-QRY&ab_channel=ThePhilosophersDAO)]([https://www.youtube.com/watch?v=\\_3GtmNZ-QRY&ab\\_channel=ThePhilosophersDAO](https://www.youtube.com/watch?v=_3GtmNZ-QRY&ab_channel=ThePhilosophersDAO)). NP PN: Nome Próprio Papai Noel.

[ii] Vide Referencialismo:  
<<https://www.reflexoesdofilosofo.blog.br/2022/12/referencialismo.html>>.

[iii] Sagid explica que o paradoxo tem a função de mostrar que um argumento aparentemente válido, com premissas aparentemente válidas, chega a uma conclusão falsa. Mas para um argumento ser válido, a verdade da conclusão se extrai da verdade das premissas. Então, para o paradoxo, algo é falso, ou as premissas ou a validade do argumento.

[iv] Como negar a existência de algo cujo significado é o próprio objeto, a

própria pessoa?

[v] É a “teoria do faz de conta”, cuja referência é apontada por Sagid: \_Mimesis as Make-Believe - On the Foundations of the Representational Arts\_, de Kendall L. Walton. Para ver também: \_The Logical Status of Fictional Discourse\_, de John R. Searle. Uma frase pode ser verdadeira em um jogo de faz de conta, assim como Sherlock Holmes é um detetive somente no livro.

[vi] Ver: <<https://www.blogs.unicamp.br/hypercubic/2015/08/vulcano-e-os-irmos-perdidos-de-mercurio-parte-1/>>.

[vii] Ver: <<https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/37530>>, SALLES, S. \_Fazendo de conta que Vulcano não existe\_.